

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA REGIÃO
CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE**

JOÃO RICARDO BARBOSA RISSARDO

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA REGIÃO
CENTRO-OCIDENTAL PARANAENSE**

Dissertação apresentada por JOÃO RICARDO BARBOSA RISSARDO, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de Concentração: ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a. CELENE TONELLA

**MARINGÁ
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central – FECILCAM, Campo Mourão – PR).
(Bibliotecária: Vaudice Donizeti Rodrigues. CRB 9 RP02/2012)

Rissardo, João Ricardo Barbosa.
R596p Políticas de Aquisição de Alimentos na Região Centro-
Ocidental Paranaense / João Ricardo Barbosa Rissardo .--
Maringá: UEM, 2012. -- 104 f.

Orientador: Profa. Dra. Celene Tonella
Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)
Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual
de Maringá, 2012.

1. Políticas de aquisição de alimentos. 2. Agricultura
familiar. 3. Cooperativismo. 3. Formação. I. Tonella, Celene.
II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas. III. Título.

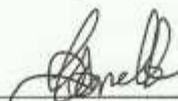
CDD 21 ed. 338.9

JOÃO RICARDO BARBOSA RISSARDO

**POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA REGIÃO CENTRO-
OCIDENTAL PARANAENSE**

Aprovada em **04 de maio de 2012.**

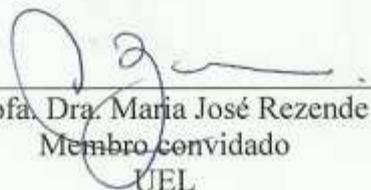
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Celene Tonella
Orientadora
UEM



Prof. Dr. Decio Sperandio
Membro
UEM



Prof. Dra. Maria José Rezende
Membro convidado
UEL

Dedico este trabalho:

A minha esposa Maria Elisa, as minhas filhas Izabela e Isadora e a minha sobrinha Naynne, que entenderam a importância desta fase de minha vida e me incentivaram.

Aos meus pais, Deusi e João Rissardo, exemplos de dedicação ao estudo dos filhos e de apoio na formação pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto EMATER:

A Diretoria e corpo gerencial que possibilitaram a minha participação no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

A Coordenação Estadual da Área de Organização Rural (Projeto de Formação de Dirigentes, Gestores e Técnicos de Organizações da Agricultura Familiar), que me possibilitou conhecer um pouco mais do universo destas cooperativas e associações.

A Coordenação Estadual da Área de Negócios Rurais do Instituto EMATER, que me possibilitou conhecer e atuar com os mercados institucionais.

A equipe regional de Campo Mourão, em especial ao amigo Roberto Carlos Guimarães, que além de gerente e supervisor do estágio no curso, contribuiu com bibliografias e conteúdos.

Aos extensionistas Elzo Nunes Alves, Márcio Perin, Rafael Bataglini Rinaldo Antonio Clementin, Sidney Galhardo e Paulo Roberto Preto, pela disponibilidade e auxílio na aplicação dos questionários junto aos agricultores familiares de seus municípios.

A Universidade Estadual de Maringá:

Ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Políticas Públicas, que não mediram esforços para que esta modalidade de formação de servidores estaduais chegasse a bom termo.

A orientadora Prof. Dr^a. Celene Tonella, que desde o princípio percebeu a importância da temática de estudo e apoiou a proposta de trabalho.

Por fim agradeço:

Aos representantes das cooperativas de agricultores familiares AGROBELTRÃO, COAVRCAN e COAPROCOR.

Aos representantes das entidades socioassistenciais, das escolas municipais e estaduais e gestores dos programas nos municípios e na região.

Aos agricultores familiares dos municípios de Araruna, Engenheiro Beltrão, Moreira Sales, Roncador e Terra Boa.

Ao amigo Egberto Zulian, companheiro de viagem e colega de turma.

Aos amigos Geraldo Sincero Sobrinho e Sidnei Aparecido Baroni, incentivadores e coautores de um artigo que ensejou esta dissertação.

RESUMO

RISSARDO, J.R.B. **Políticas de Aquisição de Alimentos na Região Centro-Ocidental Paranaense**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof^ª Dr^ª. Celene Tonella. Maringá, 2012.

A dissertação aborda políticas públicas de aquisição de alimentos provenientes agricultura familiar, mais especificamente por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O estudo focou a região centro-ocidental paranaense, objetivando-se analisar a contribuição destas políticas para o desenvolvimento dos agricultores familiares, suas organizações, entidades beneficiárias e comunidade. Como objetivos específicos buscou-se identificar: i) as estratégias para que as organizações de agricultores familiares possam se fortalecer, podendo além de acessar o mercado institucional construir um mercado alternativo e independente; ii) a forma organizacional utilizada com maior frequência para o acesso ao PAA e PNAE, e os fatores que condicionam esta escolha; iii) quais fatores são condicionantes para que estas organizações atuem de forma competitiva e profissional; e iv) as ações que o Estado poderia desenvolver, para replicar as demais organizações de agricultores familiares. A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa documental nos órgãos gestores regionais da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e pela aplicação de questionários junto a: agricultores familiares; representantes de entidades socioassistenciais; escolas da rede municipal e estadual de ensino; e gestores municipais e regionais. Os municípios escolhidas para a aplicação dos questionários foram: Araruna, Engenheiro Beltrão, Moreira Sales, Roncador e Terra Boa. Também foi utilizado o resultado de um levantamento realizado pelo instituto EMATER em 174 municípios do Estado do Paraná. Os resultados da implantação dos programas são positivos, pois aos agricultores foi observado o aumento da renda, a garantia da comercialização e o equilíbrio financeiro das unidades produtivas; às cooperativas de agricultores familiares possibilitou a sua estruturação, o aumento do faturamento e novos canais de comercialização; às entidades beneficiárias contribuiu com uma alimentação mais saudável e redução do custo para a aquisição de produtos alimentícios; e para a comunidade local promoveu maior circulação financeira e consequente geração de renda. Por fim, verificou-se que os programas, além de contribuir para o aumento da oferta de alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar, contribuem também para o desenvolvimento de formas associativas mais solidárias, assentadas nos princípios, valores e características intrínsecas das cooperativas, sobretudo daquelas constituídas de agricultores familiares. Destarte, deve-se buscar a profissionalização dos procedimentos de gestão destas organizações, reforçando a necessidade de intervenção do Estado através da implantação de Políticas Públicas de Formação de Dirigentes e Gestores de Organizações da Agricultura Familiar e também de assessoria contínua.

Palavras-chave: Políticas de aquisição de alimentos. Agricultura familiar. Cooperativismo. Formação.

ABSTRACT

RISSARDO, J.R.B. **Food Acquisition Policies in the Central Western in the state of Paraná.** Dissertation (Master in Public Policies) – State University of Maringá. Supervisor: Prof^a Dr^a. Celene Tonella. Maringá, 2012.

This dissertation deals with the public policies of food acquisition directed to the family agriculture, they are focused on two kinds of government programs, such as: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) and Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) this last one is created for schools. The research was realized on the central-western in the state of Paraná, aiming to analyze the contribution of these policies for the development of small farmers, their organizations, charities and community. The specific objectives are to identify: i) some strategies which can help this family organizations to be stronger, and also help them to take the opportunity to access the institutional market and furthermore building an alternative and independent market; ii) the most frequently organizational form used to access the programs (PAA and PNAE), and the factors that influence its choice; iii) what are the reasons which make the organizations to act in a competitive and professional way; iv) The attitudes that the government could use to replicate the other organizations of family farmers. The data collection was made through a document research in the regional management agencies and also with an application of questionnaires to: farmers, representatives of social care entities; municipal and state schools, municipal and regional managers. The questionnaires were applied in Engenheiro Beltrão, Moreira Sales, Roncador and Terra Boa. The result of a survey conducted by the institute EMATER in 174 cities of Paraná was also used as a complement for our research. The results of the implementation of the government programs are positive, considering that the farmers increased their incomes, with it they guaranteed the trade of their products and the financial balance of marketing of production units; the families cooperatives were better structured, they increased in new sales and more market spaces were available. These programs contribute to supply a healthier food to the charities and reduce the cost for the acquisition of it, and for the local community, they promote better financial circulation and consequent an income creation. We can conclude that the programs contribute to the increase of healthy food supply to people that have a tendency to insecure food, they also contribute to the development of associative sympathetic forms settled on the principles, values and intrinsic characteristics of cooperatives, mainly those ones consisting of small farmers families. Thus, it is necessary to have professionalism on the management procedures of these organizations, reinforcing the need of some government interventions through the implementation of Public Policy Training Officers and Managers of Family Farming Organizations, types of programs which are prepared to help these cooperatives advising them continuously how it works.

Keywords: Public policies for the acquisition of food. Family agriculture. Cooperatives. Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Localização Geográfica da Região Centro-Ocidental Paranaense.....	22
Imagem 2. Detalhe da Região Centro-Ocidental Paranaense.....	22
Gráfico 1. Valores (R\$) aplicados pelo PNAE em Municípios da região Centro Ocidental Paranaense por meio das prefeituras municipais (2010).....	55
Gráfico 2. Faixa etária dos agricultores beneficiários.....	58
Gráfico 3. Participação em outros mercados.....	58
Gráfico 4. Tempo de participação nos programas PAA e PNAE.....	59
Gráfico 5. Produtos in natura fornecidos pelos beneficiários.....	60
Gráfico 6. Produtos transformados fornecidos pelos agricultores familiares.....	60
Gráfico 7. Acesso ao serviço de assistência técnica.....	61
Gráfico 8. Pontos positivos dos programas PAA e PNAE.....	62
Gráfico 9. Pontos negativos dos programas PAA e PNAE.....	63
Gráfico 10. Margem de lucro da comercialização com os programas.....	63
Gráfico 11. Impacto no sistema produtivo com a interrupção dos programas.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos por extrato de área total (ha).....	29
Tabela 2. Evolução do Subprograma Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea na região Centro Ocidental Paranaense - 2005 a 2010.....	54

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGROBELTRÃO	Cooperativa de Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão
APROCOR	Associação de Produtores da Região de Corumbataí do Sul
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/PR	Centrais de Abastecimento do Paraná
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COAPROCOR	Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul e Região
COAVRCAN	Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Cantú
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NRE	Núcleo Regional da Educação
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa
SEED	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SESCOOP-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Paraná
SETS	Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural
SIM-POA	Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal
VAF	Valor Adicionado Fiscal
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1 Problema da pesquisa.....	17
1.2 Hipóteses.....	17
1.3 Objetivo geral.....	18
1.4 Objetivos específicos	18
1.5 Categorias de análise e referencial teórico.....	19
1.6 Metodologia	20
1.7 Caracterização socioeconômica da Região Centro-Occidental Paranaense e dos Municípios selecionados	21
2. Agricultura Familiar: Características, Tipificação, Importância Econômica e Social	28
3. Associação, Cooperação, Cooperativismo e Economia Solidária, porque as pessoas se associam?	35
4. Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos - PAA e PNAE.....	44
4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	45
4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	47
5. Análise dos dados da Implantação de Políticas de Aquisição de Alimentos na Região Centro-Occidental Paranaense	52
5.1 Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos	52
5.2 Resultados do Programa Nacional de Alimentação Escolar	54
5.3 Análise e interpretação da pesquisa de campo.....	57
5.4 Organizações de agricultores familiares e o acesso aos mercados institucionais	76
6. Conclusões	85
Referências	90
Anexos:	96
Anexo 1: Entrevista com os fornecedores beneficiários - agricultores familiares.....	96
Anexo 2: Entrevista com gestor local ou regional do PAA e/ou PNAE.....	101
Anexo 3: Entrevista com as entidades socioassistenciais (PAA) ou escolas (PNAE).....	102
Anexo 4: Entrevista com representantes das cooperativas de agricultores familiares.....	103
Anexo 5: Modelo levantamento do PAA e PNAE - Instituto Emater.....	104

1. Introdução

A participação no mercado convencional, alternativo ou institucional é fator decisivo para o sucesso das organizações ou empresas. Para as organizações de agricultores familiares é destinado um mercado institucional importante, este mercado é representado pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os dois programas podem permitir que estas organizações se desenvolvam e se consolidem no ambiente.

Estas organizações de agricultores familiares esperam do Estado, na forma de ações concretas, uma política institucionalizada para apoiar a sua consolidação. Neste sentido, na disputa pelos mercados, é necessária a intervenção governamental através de políticas públicas de formação e de comercialização.

O Instituto EMATER, desde dezembro de 2008, colocou em ação um projeto de Fortalecimento das Organizações de Agricultores Familiares, que tem por objetivo a formação de Dirigentes, Gestores e Técnicos destas organizações de agricultores familiares. Em paralelo também foram desenvolvidas atividades pela área de negócios e mercados do Instituto EMATER, com o objetivo de orientar estas organizações sobre os mercados institucionais e como acessá-los.

Pretende-se, portanto, com este estudo analisar a agricultura familiar, suas características, tipificação, importância econômica e social, as formas de organização como os grupos informais, associações e cooperativas, identificar fatores condicionantes a aplicação das políticas públicas voltadas aos mercados institucionais, em especial ao PAA e o PNAE e os resultados alcançados na região geográfica centro-ocidental paranaense.

A agricultura familiar tem se destacado no cenário nacional na garantia da segurança alimentar e nutricional. Estudo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por meio do Censo Agropecuário 2006, evidencia que a agricultura familiar ocupa posição de destaque, pois representa a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários, ocupando apenas um quarto da área total e sendo responsável por parte significativa da produção agropecuária nacional, demonstrando assim a eficiência deste setor.

O mesmo estudo confirma a importância deste setor para a segurança alimentar, uma vez que a agricultura familiar produz e fornece produtos que compõem a cesta básica do brasileiro.

Os critérios para classificação desta categoria foram definidos pela Lei Federal nº 11.326 sancionada em 24 de julho de 2006, onde este público, para ser considerado agricultor familiar, deve atender critérios simultaneamente relacionados ao tamanho da área, utilização da mão-de-obra familiar, renda e gestão do empreendimento.

Esta mesma lei disciplina os instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Esta diferenciação legal se faz necessária, pois o meio rural apresenta diversidade em relação a ambientes físicos, recursos naturais, sistemas produtivos, relações sociais, culturais, etnias, padrões tecnológicos, forma de organização social e política, que influenciarão diretamente no comportamento de tomada de decisão dos agricultores e de suas organizações.

Tal diversidade reafirma que o espaço rural é plural e heterogêneo e neste ambiente, historicamente, convive lado a lado a agricultura empresarial e familiar, cada uma com as características que lhe são peculiares (IBASE, 2006, apud SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Neste ambiente diverso, dentre as formas de organização dos agricultores, destacam-se as cooperativas agropecuárias que se constituíram para atuar no mercado, sobretudo no comércio agrícola de *commodities*¹.

Estas cooperativas se especializaram para competir nos mercados abertos e se estruturaram para fazer frente às forças competitivas, que determinam a intensidade da competição em um dado setor, na qual cada unidade de negócio deve analisar onde pode se defender melhor dessas forças competitivas ou influenciá-la a seu favor (SEPULCRI; TRENTO, 2010).

Ainda segundo os autores, a principal estratégia utilizada por estas cooperativas de produção agropecuária é a de liderança em custos que tem por premissa a obtenção de um custo mais baixo em relação a seus concorrentes. É a tentativa de ter o produto com os menores custos do mercado, mantendo-se a qualidade. É adotada para os produtos sem diferenciação, homogêneos, como as *commodities*.

Porém, ao identificarmos em uma mesma cooperativa duas categorias de agricultores com características e interesses distintos, os conflitos afloram e o que se apresenta como estratégia de competição adequada para alguns não o é para os demais.

Portanto, a estratégia utilizada se adapta aos agricultores empresariais ou patronais, pois os mesmos possuem a capacidade de formação de escala de produção, em detrimento da

¹ Commodities: termo usado para designação de produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores.

categoria dos agricultores familiares que não possuem esta mesma possibilidade, visto a sua estrutura fundiária e de capital.

Em toda cooperativa existem duas dimensões que devem caminhar lado a lado de forma equilibrada: uma é a *social*, onde ocorrem as discussões sobre a forma de atuação e são tomadas as decisões em prol da coletividade, ou seja, esta é o espaço de participação e de elaboração da política de atuação da sociedade cooperativa. Outra é a *econômica*, espaço onde são colocadas em prática as deliberações do quadro social.

Para atingir o intento, a sociedade cooperativa deve manter o equilíbrio entre estas dimensões para atuar no mercado de forma competitiva, porém sem esquecer dos princípios e valores que a tornaram numa possibilidade de modernização frente o capitalismo.

Para Singer (2002) a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo, assim as cooperativas de produção da agricultura familiar se aproximam muito do conceito de economia solidária, onde esta é caracterizada como uma forma de trabalho associado, de produção e comercialização, com vistas à geração de trabalho e renda, sendo os meios de produção pertencentes aos próprios cooperados e por eles geridos.

Segundo Iaskio (2007) as ações de organizações voltadas à economia solidária são pautadas na solidariedade entre seus membros, na democracia e na participação. Ainda segundo o autor, a solidariedade que se trata não é relacionada à *caridade*, mas sim ao *vinculo recíproco* para o alcance dos objetivos comuns.

Da mesma forma que o agricultor familiar deve apresentar determinadas características, as suas organizações para o acesso às políticas públicas rurais, também devem respeitar alguns critérios, sobretudo quanto ao percentual mínimo de sócios classificados como agricultores familiares, que não deve ser inferior a 70% (setenta por cento).

O objetivo dos critérios que definem um percentual mínimo de agricultores familiares é o de garantir que estas organizações da agricultura familiar cumpram com os seus princípios de autogestão e divisão equânime do poder.

Diante deste quadro, foram elaboradas e implementadas políticas públicas de fomento à produção e comercialização, constituindo-se em um importante mercado institucional direcionado a esta categoria de agricultores e suas organizações, com o objetivo de aumentar a produção, viabilizar a propriedade familiar e dinamizar os mercados locais, contribuindo para o desenvolvimento destas comunidades.

Andrade Júnior (2009) em seu estudo sobre o PAA identificou que as organizações dos agricultores familiares representaram um papel importante na comercialização, com estímulo à participação das mesmas na economia local.

O PAA foi objeto de avaliação de Santos (2009), evidenciando o caráter inovador do programa dentro do contexto da construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, afirmando-se ao longo dos anos como programa de acesso à alimentação adequada e saudável e como instrumento de política agrícola voltada ao desenvolvimento das comunidades locais, fato este descrito no trabalho de Delgado *et al* (2005) em que descreve três funções distintas e interdisciplinares desta política pública, como sendo:

- i) de constituição de um pólo institucional de demanda por alimentos dirigido à agricultura familiar;
- ii) de provisão de subvenções ao consumo de alimentos às populações em situações de risco alimentar - nutricional; e
- iii) de que estas funções sejam atendidas mediante ação integrada da política agrária e de segurança alimentar.

Vieira e Viana (2007), concluem em seu trabalho que estas políticas têm influenciado os agricultores a permanecerem ou a retornarem ao modo específico de funcionamento do campesinato, principalmente em relação ao sistema de policultivo e tem ajudado a melhorar a qualidade da alimentação para o autoconsumo devido à diversificação da produção. Além disso, os agricultores têm se voltado à produção agrícola, em detrimento da busca por alternativas na cidade.

Assim a agricultura familiar e suas formas de organização, não necessitam utilizar de modelos paradigmáticos das grandes cooperativas para o seu desenvolvimento e atuação no mercado, deve sim utilizar o que tem de característico e que os difere e lhes promove vantagens comparativas que é a capacidade de produzir bens e serviços visando o fortalecimento da economia local com respeito às pessoas e ao meio ambiente (BARONI; RISSARDO; SINCERO SOBRINHO, 2011).

Na implementação das Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos, os agricultores familiares podem acessá-las de 03 formas básicas, a saber: através de grupos informais, associações ou cooperativas de produção e comercialização.

Cada uma destas modalidades apresenta vantagens e desvantagens quanto a sua operacionalização, contribuindo para o sucesso ou insucesso do programa e consequentes resultados aos beneficiários.

Os mercados institucionais tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar e compreende ações vinculadas à formação de estoques estratégicos e à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O PAA e o PNAE destinam-se à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ficando dispensada a licitação para essa aquisição, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (MDS, 2004).

Para as populações que se encontram em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, enquadrados como beneficiários consumidores, o programa busca garantir o direito à alimentação de acordo com os seus hábitos e para os agricultores familiares, enquadrados como beneficiários fornecedores, busca garantir a compra e o escoamento de seus produtos. Como resultado indireto promove o fortalecimento das economias locais.

Este estudo também se justifica, pela possibilidade da construção de competências institucionais em políticas públicas voltadas a comercialização da Agricultura Familiar, sua relação com as demais áreas de conhecimento e de atuação do Instituto EMATER e a disseminação junto aos públicos prioritários da extensão rural.

1.1 Problema da pesquisa

Como problema central analisamos a implementação de políticas públicas de aquisição de alimentos na região centro-ocidental paranaense, identificando as formas mais apropriadas de organização de agricultores familiares e as dificuldades para o acesso a esses programas.

1.2 Hipóteses

As hipóteses que motivam o trabalho são:

- a) A participação no mercado convencional, alternativo ou institucional é fator decisivo para o sucesso das organizações de agricultores familiares;
- b) As políticas de aquisição de alimentos contribuem para a estruturação dos agricultores familiares e de suas organizações;
- c) As organizações de agricultores familiares carecem de profissionalização dos procedimentos de gestão para obterem maior poder de barganha; e
- d) Na disputa pelos mercados, é necessária a intervenção governamental, pois no universo destas organizações, percebe-se que algumas possuem maior facilidade de atuação nos mercados, enquanto outras ficam à margem do processo.

1.3 Objetivo geral

Busca-se inferir se esta política pública contribui para o desenvolvimento desses agricultores, suas organizações, entidades beneficiárias e comunidade, identificando estratégias para que as organizações de agricultores familiares possam se fortalecer, podendo além de acessar o mercado institucional, construir um mercado alternativo e independente.

1.4 Objetivos específicos

Contribuir para a implantação e gestão de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural direcionadas ao fortalecimento das diferentes formas de organização de agricultores familiares como grupos informais, associações e cooperativas.

Identificar qual forma organizacional é utilizada com maior frequência para o acesso ao PAA e PNAE, e os fatores que condicionam esta escolha.

Analisar as organizações, identificar fatores condicionantes que contribuam para estas atuarem de forma competitiva e profissional nos mercados.

Identificar ações que o Estado poderia desenvolver, em forma de políticas públicas, para replicar as demais organizações de agricultores familiares.

1.5 Categorias de análise e referencial teórico

Para efeito de estudo, utilizou-se a lei nº 11.326, sancionada em 24 de julho de 2006, que, além de estabelecer os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais, definiu também os critérios para classificação desta categoria, devendo atender simultaneamente a requisitos relacionados ao tamanho da área, utilização da mão-de-obra familiar, renda e gestão do empreendimento.

Também partiremos das conclusões de Wanderley (2003), para quem o conceito de *agricultura familiar* e de *agricultor familiar* é pertinente para a compreensão do ator social a que estamos referindo, pois ao contrário de outras denominações, a exemplo de agricultura de baixa renda, ela aponta para qualidades positivamente valorizadas. Admiti-se que o agricultor familiar não é um personagem passivo, pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. Por fim reconhecendo a grande diversidade de situações concretas que essa categoria genérica “agricultura familiar” pode incluir. Porém, caracterizadas por uma forma específica de organização da produção decorrente da associação entre patrimônio, trabalho e consumo.

O estudo considera aspectos relacionados à cooperação e a economia solidária assentados em seus princípios, valores e objetivos. Neste sentido Hirst² (1994 apud SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p.33) demonstra que:

[...] Como teoria social o associativismo é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização pluralistas e federalistas que deram um papel central à sociedade civil.

Já em relação à dimensão econômica, Birchall³ (1997 apud SANTOS; RODRIGUEZ, 2002, p.33), considera que, como prática econômica, a cooperação inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade.

² HIRST, P. (1994), *Associative Democracy. New Forms of Economic and Social Governance*. Amherst: University of Massachusetts Press.

³ BIRCHALL, J. (1997), *The International Cooperative Movement*. Manchester: Manchester University Press.

Este trabalho leva também em consideração o estudo de Ramos (1970) que trata da ambivalência na ciência social sobre a teoria da modernização. Segundo o autor, na prática, a modernização exige a capacidade de aprender com as situações e nelas descobrir atalhos para a modernidade, ou seja, um comportamento estratégico. Sendo assim, as possibilidades de desenvolvimento para os agricultores familiares e suas organizações, em especial as cooperativas, deve ser estruturada através de estratégias que dêem condições de participação nos mercados convencional, alternativo ou institucional.

Considera-se ainda que esta forma de organização (cooperativas) foi criada como sendo um modelo de possibilidade para fazer frente ao movimento capitalista através dos seus princípios básicos, ou seja, uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer interesses comuns, quer seja na área econômica, social ou cultural e que tem por objetivo substituir o individualismo pela ação coletiva, visando às necessidades do grupo e não o lucro, a prosperidade coletiva e não a individual.

1.6 Metodologia

Na condução deste estudo, inicialmente foi realizada uma pesquisa documental, nos órgãos executores dos programas na região centro-ocidental paranaense, ou seja, o Núcleo Regional da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), e Núcleo Regional da Educação (NRE), procurando verificar o número de projetos implementados, valor e público beneficiário no período de 2005 a 2010.

Também foi utilizado levantamento e diagnóstico do PAA e PNAE, realizado nos meses de junho e julho de 2011 através de um questionário, com a finalidade de identificar o andamento do programa, o papel dos atores envolvidos, as dificuldades e os resultados positivos. O levantamento foi realizado em 174 municípios pelas unidades municipais e regionais do Instituto EMATER das regiões administrativas de Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Toledo e Umuarama.

Foi realizada também uma coleta de dados através de um questionário, de acordo com Richardson et al. (1989), este instrumento cumpre ao menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social.

Na pesquisa foram utilizados dois modelos de questionários, um primeiro aplicado junto aos agricultores familiares e o outro modelo destinado aos órgãos executores regionais e locais, entidades sócio-assistenciais beneficiárias, escolas e também junto a representantes de cooperativas de agricultores familiares estudadas.

O questionário destinado à coleta de informações dos agricultores familiares combinou dois tipos de perguntas: fechadas e abertas, o primeiro buscou obter informações sociodemográficas e de identificação de opinião e o segundo objetivou aprofundar as opiniões dos mesmos. Às demais categorias de entrevistados foram utilizados questionários somente com perguntas abertas.

Os questionários foram elaborados buscando perscrutar aspectos relacionados à operacionalização do programa, como sendo: pontos positivos, limitações, sugestões para melhoria, efeitos sobre as entidades socioassistenciais beneficiadas e os agricultores familiares. Referentes a estes a pesquisa abordou também a relação com os comerciantes locais, melhoria na renda, aumento na área de produção, diversificação de produtos, forma de acesso e importância da continuidade do programa.

Para a seleção dos municípios foram utilizados como base os resultados da aplicação do PAA nos anos de 2005 a 2010, os critérios utilizados foram: valor total aplicado; valor médio; número total de agricultores familiares atendidos; número médio de agricultores atendidos por ano; número total de entidades sócio-assistenciais beneficiadas; número médio de entidades sócio-assistenciais beneficiadas por ano; número total de pessoas beneficiadas; e número médio de pessoas beneficiadas por ano.

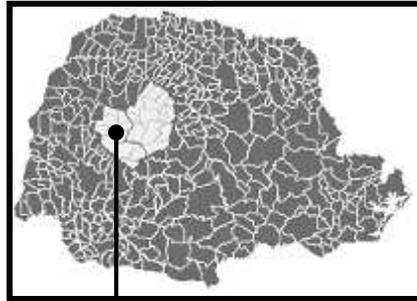
Para cada critério foi realizado o ranqueamento dos 25 municípios da região centro-ocidental paranaense, distribuindo-os de primeiro a vigésimo quinto lugar, foram selecionados os primeiros cinco colocados como sendo: Terra Boa, Roncador, Moreira Sales, Engenheiro Beltrão e Araruna.

1.7 Caracterização socioeconômica da Região Centro-Ocidental Paranaense e dos Municípios selecionados

A Região Centro-ocidental Paranaense é composta por 25 municípios sendo eles: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis,

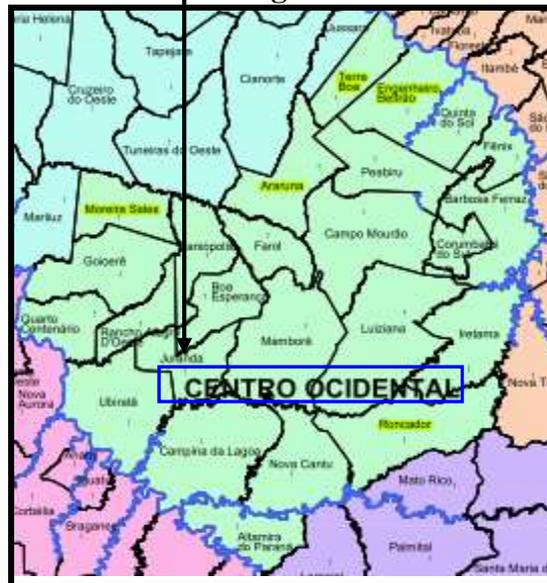
Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubiratã. A região está assentada sobre as bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Piquiri (imagens 1 e 2).

Imagem 1



Fonte: IPARDES

Imagem 2



Fonte: ITCG (recorte) Mapa Político do Paraná

Imagens 1 e 2 – Localização Geográfica da Região Centro-Ocidental Paranaense

De acordo com o estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2004), intitulado de Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses - sumário executivo, cerca de 77% dos solos da mesorregião são considerados aptos ao desenvolvimento de práticas agrícolas mecanizáveis, o que propiciou, a partir dos anos 40, a sua ocupação através de dois fluxos populacionais, sendo um deles do norte do Estado, devido a expansão da cultura do café e outro decorrente de imigrantes gaúchos e catarinenses que se dedicavam a produção de alimentos.

Os sistemas produtivos eram predominantemente compostos por agricultores familiares e assim se mantiveram até o início da década de 70. A partir daí a região se integrou ao processo de modernização da agricultura que promoveu concentração fundiária e liberação da mão-de-obra rural devido o processo de mecanização. A dinâmica populacional foi afetada e atualmente a região apresenta características que a situam como de esvaziamento populacional, onde em 21 municípios houve, nos anos 90, redução da população total. Mesmo Campo Mourão, município considerado pólo regional, apresentou taxa de crescimento inferior a 0,5% ao ano, configurando um processo de desaceleração das taxas de crescimento populacional.

De acordo com resultados do IBGE, referente à contagem populacional, divulgado em novembro de 2007, no período compreendido de 2000 a 2007 a tendência de esvaziamento do setor rural ainda permanece, visto que dos 25 municípios da região apenas o município de Iretama apresentou um crescimento populacional no setor rural, enquanto na região, no mesmo período, ocorreu um decréscimo de 22,51%. De 2000 a 2007 a população total da região decresceu 4,43%, podemos inferir que a população rural está migrando para as sedes dos municípios da própria região. Atualmente a mesorregião apresenta uma população censitária, segundo o IBGE (2010), de 334.254 habitantes e o grau de urbanização (IBGE, 2010) é de 80,26%. Somente o município de Campo Mourão possuiu população superior a 50 mil habitantes, porém inferior a 100 mil, dois outros municípios, Goioerê e Ubitatã, possuem população na classe entre 20 e 50 mil habitantes e os demais apresentam população inferior a 20 mil pessoas.

A economia regional baseia-se na agricultura e agroindústria, porém com baixa participação na renda gerada no Estado, a mesorregião apresentou em 2000 o menor Valor Adicionado Fiscal⁴ (VAF) Estadual, entre as dez mesorregiões paranaenses. Apesar da baixa intensidade do crescimento regional, a atividade agrícola manteve seu dinamismo e, nos anos 90, consolidou-se como uma das principais mesorregiões produtoras de grãos no Estado, participando com cerca de 12% do total estadual.

Em relação ao número de estabelecimentos rurais, a região centro-ocidental paranaense apresenta em números absolutos 21.310 estabelecimentos, destes 16.770 são considerados como da agricultura familiar (IPARDES, 2006), representando 78,7% do total. O produto interno bruto (PIB) *per capita* da região é de R\$ 14.203,00 (IBGE/IPARDES,

⁴ O valor adicionado fiscal é o resultado da diferença entre os valores das operações de saídas de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos de entrada, consideradas as variações de estoque. Mais informações em Oliveira, A. M. Matriz Regional – Econômica para o Estado do Paraná: Nova Regionalização e segmentos industriais representativos.

2008), já o PIB per capita do Paraná para o mesmo período foi de R\$ 16.928, 00, sendo assim o PIB *per capita* regional é 19% inferior ao estadual. Esta situação, baixa participação na renda do estado e PIB *per capita* também abaixo da média estadual, reflete no número de pessoas em Situação de Pobreza⁵, onde da população total de 334.254 habitantes, 125.263 pessoas, mais de um terço, encontram-se em situação de pobreza (IBGE/IPARDES, 2000), sendo assim as políticas voltadas à segurança alimentar e nutricional, como as de aquisição de alimentos, se revestem de grande importância.

Conforme enunciado na metodologia os municípios onde foram aplicados os questionários para a análise qualitativa das políticas públicas de aquisição de alimentos são: Araruna, Engenheiro Beltrão, Moreira Sales, Roncador e Terra Boa. A partir deste ponto faremos a caracterização destes municípios, a fim de delimitar a análise e contribuir para a avaliação da implementação das políticas objeto de estudo.

O município de Araruna foi criado no ano de 1954, desmembrado de Peabiru, o seu povoamento foi deflagrado a partir da expansão acelerada e extensiva da fronteira agrícola estadual, capitaneada pela atividade cafeeira. Atualmente possui uma população censitária de 13.419 habitantes, com grau de urbanização de 78% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* é de R\$ 13.617,00, sendo 4% inferior ao PIB regional e 24% inferior ao do Estado (IBGE/IPARDES, 2008). O índice de famílias consideradas pobres no município de Araruna é de 27,62%, sendo que no setor rural este índice sobe para 42,82% (IPARDES, 2009).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), o município de Araruna possui 738 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas⁶, sendo que no ano de 2008 foram efetivados 418 contratos de financiamento pelo PRONAF, representando 56% do total de DAP's ativas, há de se esclarecer que uma mesma DAP pode ter mais de um contrato vinculado a mesma. Constata-se assim que, pelo número de DAP's e, por conseguinte o de agricultores familiares, o número de estabelecimentos que estão aptos a acessar os recursos dos programas de aquisição de alimentos são expressivos, se considerarmos ainda que, de acordo com o IPARDES (2006), o número de agricultores familiares de Araruna situa-se na

⁵ Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes a Situação de Pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das Tabulações especiais feitas pelo IPARDES.

⁶ Os agricultores familiares têm direito ao acesso as políticas públicas quando possuem DAP ativa junto a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estes agricultores podem ter suas DAP's desativadas por diversos motivos, dentre eles: aumento da renda que o descaracterize da condição de agricultor familiar, mudança de atividade, expiração do prazo de validade do documento entre outros.

classe entre 1000 a 2000 estabelecimentos, o público alvo desta política pública é ainda muito maior.

Situado à margem esquerda do Rio Ivaí, o município de Engenheiro Beltrão foi criado no ano de 1954, também desmembrado de Peabiru, o seu povoamento foi deflagrado a partir da iniciativa da Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. Atualmente possui uma população censitária de 13.906 habitantes, com grau de urbanização de 88,29% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* é de R\$ 15.845,00, sendo 11,5% superior ao PIB regional e 6,8% inferior ao do Estado (IBGE/IPARDES, 2008). O índice de famílias consideradas pobres no município de Engenheiro Beltrão é de 24,18%, sendo que no setor rural este índice sobe para 32,6% (IPARDES, 2009).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), o município de Engenheiro Beltrão possui 537 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas, sendo que no ano de 2008 foram efetivados 304 contratos de financiamento pelo PRONAF, representando 56,6% do total de DAP's ativas. Constatase que, assim como para o município de Araruna, pelo número de DAP's e por conseguinte o de agricultores familiares, o número de estabelecimentos que estão aptos a acessar os recursos dos programas de aquisição de alimentos são também expressivos. De acordo com o IPARDES (2006), o número de agricultores familiares de Engenheiro Beltrão situa-se na classe entre 500 a 1000 estabelecimentos, corroborando o número de agricultores com DAP's ativas.

No ano de 1960, foi criado o município de Moreira Sales, com território desmembrado de Campo Mourão e Goioerê. A instalação deu-se no dia 30 de novembro de 1961, atualmente possui uma população censitária de 12.606 habitantes, com grau de urbanização de 78,80% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* é de R\$ 10.814,00, sendo 31,3% inferior ao PIB regional e 56,5% inferior ao do Estado (IBGE/IPARDES, 2008). Estes números refletem no índice de famílias consideradas pobres, onde no município de Moreira Sales situa-se em 32,79%, sendo que no setor rural o índice está muito próximo, sendo de 32,18% (IPARDES, 2009).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), o município de Moreira Sales possui 711 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas, sendo que no ano de 2008 foram efetivados 392 contratos de financiamento pelo PRONAF, representando 55% do total de DAP's ativas. Constatase que, assim como para os municípios de Araruna e Engenheiro Beltrão, pelo número de DAP's e por conseguinte o de agricultores familiares, o número de estabelecimentos que estão aptos a acessar os recursos dos programas de aquisição de

alimentos são também expressivos. De acordo com o IPARDES (2006), o número de agricultores familiares de Moreira Sales situa-se na classe entre 500 a 1000 estabelecimentos.

Roncador foi elevado à categoria de município em 25 de julho de 1960, desmembrado do município de Campo Mourão, atualmente possui uma população censitária de 11.537 habitantes, dos municípios objeto de estudo é o que apresenta o menor grau de urbanização, 61,71% (IBGE, 2010). O PIB *per capita* é de R\$ 11.503,00, sendo 23,5% inferior ao PIB regional e 47,2% inferior ao do Estado (IBGE/IPARDES, 2008). Estes números refletem nos índices de pobreza, o que faz com que Roncador apresente os maiores índices de famílias pobres entre os municípios pesquisados, situando-se em 46,23%, sendo que no setor rural este índice se eleva para 57,95% (IPARDES, 2009).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), o município de Roncador possui 838 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas, sendo que no ano de 2008 foram efetivados 322 contratos de financiamento pelo PRONAF, representando apenas 38% do total de DAP's ativas. Constata-se que, assim como para os demais municípios pesquisados, pelo número de DAP's e por conseguinte o de agricultores familiares, o número de estabelecimentos que estão aptos a acessar os recursos dos programas de aquisição de alimentos também é expressivo. De acordo com o IPARDES (2006), o número de agricultores familiares de Roncador situa-se na classe entre 1000 a 2000 estabelecimentos, valor este superior ao número de agricultores familiares com DAP's ativas.

O Município de Terra Boa foi criado em 13 de julho de 1955, desmembrado de Engenheiro Beltrão, os seus primeiros moradores foram atraídos pela possibilidade de implantação da cultura do café. Atualmente possui uma população censitária de 15.776 habitantes, apresenta grau de urbanização de 82,73% (IBGE, 2010). De acordo com os dados do IBGE/IPARDES (2008), Terra Boa apresenta o menor PIB *per capita* dentre os municípios objeto de estudo, sendo R\$ 8.124,00, 74,8% inferior ao PIB regional e 108% inferior ao do Estado. Estes números não refletem no índice de pobreza, uma vez que Terra Boa apresente os menores índices de famílias pobres entre os municípios pesquisados, situando-se em 18,73%, sendo que no setor rural este índice é de 29,81% (IPARDES, 2009). Infere-se que esta incongruência, baixo PIB *per capita* e baixo índice de famílias pobres, possa ser explicada por uma melhor distribuição de renda da população.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar (2011), o município de Terra Boa possui 423 agricultores familiares com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativas, sendo que no ano de 2008 foram

efetivados 249 contratos de financiamento pelo PRONAF, representando 58,9% do total de DAP's ativas. Constatase que, assim como para os demais municípios pesquisados, pelo número de DAP's e por conseguinte o de agricultores familiares, o número de estabelecimentos que estão aptos a acessar os recursos dos programas de aquisição de alimentos também é expressivo. De acordo com o IPARDES (2006), o número de agricultores familiares de Terra Boa situa-se na classe de até 500 estabelecimentos, valor este próximo ao número de agricultores familiares com DAP's ativas.

Com base nas informações socioeconômicas da região e dos municípios selecionados, observa-se que as políticas públicas objeto de estudo apresentam grande potencial de atuação, uma vez que no território estudado há elevado número de agricultores familiares e também de famílias pobres, permitindo então cumprir com os objetivos de comercialização da produção e atendimento as pessoas em situação de insegurança alimentar.

2. Agricultura Familiar: Características, Tipificação, Importância Econômica e Social

Os agricultores familiares podem ser tipificados em consolidados, de transição e periféricos (INCRA/ FAO, 2000). Os *consolidados* são considerados os empresários do setor, apresentam liderança na comunidade onde convivem e possuem facilidade de acesso ao crédito e assistência técnica, apresentam bom poder de análise e gerenciamento da unidade produtiva, suas áreas de terra são em geral menores que 100 hectares (ha), com concentração em torno de 50.

No outro extremo temos os agricultores considerados *periféricos*, onde a utilização de crédito e acesso a assistência técnica é incipiente, dificultando a viabilidade da unidade produtiva, apresentam dificuldade de análise e gerenciamento do ambiente produtivo e suas áreas de terras em geral são menores que 50 ha com concentração abaixo de 20. Pode ser considerada como a categoria que mais se aproxima do camponês tradicional.

Entre essas duas categorias temos os agricultores familiares de *transição*, estes se caracterizam por apresentar menor intensidade de assistência técnica e utilização de crédito do que os consolidados, porém superior aos periféricos, o mesmo se dá quanto a capacidade de análise e gerenciamento da unidade produtiva. Suas áreas de terra em geral são menores que 100 ha com concentração em torno de 20.

Qualquer que seja a sua categoria o agricultor familiar, de um modo geral, apresenta determinadas características: a primeira delas é que para ser considerado agricultor familiar deve existir predominância da família na administração do empreendimento e também da utilização da mão-de-obra. O capital deve pertencer à família e seus membros residam na unidade produtiva ou em um aglomerado urbano ou rural próximo, desde que a atividade rural desenvolvida assim o permita.

As áreas dos estabelecimentos rurais são menores que as dos agricultores patronais, segundo dados do IBGE (1995), do total dos estabelecimentos rurais do Paraná aproximadamente 87 % são familiares e destes 95% possuem menos de 100 ha (tabela 1).

O fato de existir estabelecimentos considerados como da agricultura familiar acima 100 ha, se explica devido o número máximo de 4 módulos fiscais admitido, onde o módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares variando de 5 a 110 ha, este valor é fixado para cada município, considerando fatores como o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, a renda de outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da

renda ou da área utilizada e o próprio conceito de propriedade familiar. Sendo assim a soma do limite máximo de cada módulo fiscal pode superar a área de 100 ha, sem com isso descaracterizar a exploração como da agricultura familiar.

Tabela 1. Número de estabelecimentos por extrato de área total (ha).

Extratos de área	< 5 ha	5 a 20 ha	20 a 50 ha	50 a 100 ha	> 100 ha	Total
Total	84.328	156.159	77.279	25.227	26.886	369.879
Familiar	79.593	146.456	68.500	18.644	8.187	321.380
Porcentagem (%)	94,07	93,78	88,64	69,34	30,45	86,88

Fonte: Adaptado de IBGE (1995/96)

Nos estabelecimentos da agricultura familiar o patrimônio e os lucros são transferidos entre os membros da família e a maioria deles, 75%, são proprietários de suas terras. O aprendizado ocorre durante a execução das atividades produtivas diárias e os sistemas de produção são em geral mais diversificados, explorando os fatores de produção durante o ano todo, com maior utilização de mão-de-obra por área e menor uso de insumos externos, principalmente da síntese química.

Nas propriedades da agricultura familiar ocorre um menor investimento por área total, porém maior por área de terra, sendo que, via de regra, são multifuncionais ou pluriativas, associando atividades agrícolas com não agrícolas. Estes estabelecimentos também apresentam impacto ambiental diluído, em função da diversificação e da menor escala das explorações agrícolas.

Segundo Demetrio e Asami (2003), a agricultura familiar desempenha um importante papel na geração de renda e ocupações no campo, influenciando na dinâmica da reprodução capitalista, permitindo uma redução dos níveis de preços dos produtos, possibilitando aos consumidores, inclusive os de baixa renda, que o excedente da renda não utilizada na manutenção familiar possa ser aplicado na aquisição de bens industriais.

Ainda segundo os autores, apesar de sua importância, a agricultura familiar passou por diversas dificuldades. A política de controle da inflação adotada na década de 80 e início dos anos 90 praticamente inviabilizou as atividades econômicas desta categoria. A política econômica da época provocou baixa remuneração dos produtos agropecuários, que, aliada às altas taxas de juros praticadas pelo mercado, endividaram o setor e fizeram com que muitos

produtores não buscassem financiamento, contribuindo para a defasagem tecnológica e êxodo rural.

De acordo com Del Grossi e Graziano (2002), a conjugação de três fatores contribuiu para que aumentasse a distância entre os agricultores familiares e os patronais, sendo eles a queda dos preços dos produtos agropecuários, a elevação dos custos do trabalho e do crédito e a redução do ritmo de inovação no setor agropecuário, estes fatores resultaram numa sensível queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, onde as categorias menos estruturadas e com menor escala de produção foram mais impactadas.

Ainda segundo os autores o processo de modernização da agricultura contribuiu para que surgisse três categorias distintas de atividades rurais, uma primeira denominada de agropecuária moderna, tendo por base atividades ligadas a agroindústria como as *commodities*, um segundo conjunto de atividades não-agrícolas ligados a moradia, lazer, prestação de serviços e um terceiro conjunto de novas atividades agropecuárias, geralmente localizadas em nichos especiais de mercados. A primeira melhor adaptada ao modo patronal de produção e as outras duas mais identificadas com a forma de produção e as características da agricultura familiar.

Veiga (1996) apresenta diferenças entre propriedades patronais e familiares, e por conseguinte, de agricultores patronais ou empresarias e agricultores familiares. Segundo o autor na agricultura patronal ocorre uma completa separação entre gestão e trabalho, o que na familiar se dá de forma diferente uma vez que trabalho e gestão estão intimamente relacionadas. Na agricultura patronal a organização é centralizada, já na agricultura familiar a direção do processo produtivo é exercida pelos proprietários ou arrendatários.

Existe ênfase na especialização e na padronização das práticas agrícolas nas propriedades patronais, enquanto nas familiares a ênfase é pela diversificação e na durabilidade dos recursos. O trabalho assalariado é predominante na propriedade patronal, sendo este apenas complementar nas familiares.

O processo é gerencial na agricultura patronal, através da utilização de tecnologia e alta especialização do empreendimento, objetivando a eliminação de decisões de momento, enquanto na agricultura familiar as decisões são imediatas, respeitando a tradição, os costumes e adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Desta forma, a agricultura familiar é um modo de produção no qual os seus componentes exercem três funções básicas: o de *empreendedor* quando planeja o plantio, decide investir, crescer ou mudar de atividade, o de *gestor* quando compra, vende ou contrata

e o de *trabalhador* quando executa as tarefas diárias de produção. Trata-se, portanto, de uma categoria de agricultores que se caracteriza por desenvolver sistemas de produção complexos que combina culturas, criações e transformação agroindustrial. Estas características conferem à categoria, redução de riscos nas atividades econômicas e também uma maior capacidade de adaptação, o que pode explicar, apesar das dificuldades que passaram no decorrer dos tempos, a sua sobrevivência.

De acordo com Zylbersztajn (2009), o papel da agricultura costumeiramente é definido como sendo a *produção de alimentos* para as populações locais e a comercialização de seus excedentes, porém, ela exerce, desde os seus primórdios, outros papéis, ressaltando a sua importância econômica e social. A agricultura, além de produzir alimentos, sua função mais tradicional, também é responsável pela *produção de fibras e energia*. Recentemente o papel da agricultura como produtora de *serviços ambientais* tem estado na pauta de discussões, uma vez que a sociedade cada vez mais exige produtos limpos ou que não gerem passivos ambientais. Neste contexto, o setor agrícola contribuirá para a configuração de um ambiente mais saudável, a partir da adequação dos seus sistemas produtivos através da conservação de solos e água, da fixação de carbono e produção de energia renovável (informação verbal)⁷.

O autor apresenta ainda outra função da agricultura como sendo a de produtora de *serviços sociais*. Este papel seria exercido por meio da prestação de serviços de recuperação de pacientes provenientes de clínicas e hospitais, onde se verificou que o custo de tratamento é menor quando no ambiente rural, se comparado com o ambiente hospitalar.

Por fim, o autor destaca a importância da agricultura como fator de enraizamento *cultural*, onde valores percebidos nas populações rurais como a cooperação, simplicidade, confiança, uso do tempo e sua relação com a natureza são primordiais, confirmando esta assertiva percebe-se um aumento gradual da população urbana em busca destes ambientes para o lazer, atividade conhecida como turismo rural.

Portanto, as funções ou papéis da agricultura são múltiplos, guardando maior aproximação com o modo de trabalho da agricultura familiar. Neste sentido Wanderley (2001), considera que no Brasil os agricultores familiares constituem parcela importante e significativa da população rural, pois dela decorre grande parte da diversidade econômica e pluriatividade⁸, sendo que esta expressa uma estratégia familiar para garantir a sua

⁷ Informações fornecidas em palestra realizada por ocasião da aula inaugural do Projeto de Fortalecimento das Organizações de Agricultores Familiares, proferida na unidade central do Instituto EMATER em abril de 2009.

⁸ De acordo com Del Grossi e Graziano da Silva (1998), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária.

permanência no meio rural e manutenção dos vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar.

Para a autora, a agricultura familiar é uma forma apropriada para responder às exigências modernas.

Segundo Lamarche (1993, p. 13), em todos os países onde o mercado organiza trocas, a produção agrícola em maior ou menor escala é assegurada pela produção familiar, esta assertiva pode ser comprovada quando analisamos o estudo sobre a agricultura familiar no Brasil com base no Censo Agropecuário (IBGE, 2006), onde 84,4% dos estabelecimentos rurais são familiares, ocupando somente 24,3% da área total, em contrapartida é responsável por 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), ressaltando a sua eficiência na utilização dos meios de produção, visto que, ocupando uma área bem menor que a patronal, um quarto do total, é responsável por quase a metade do valor da produção agropecuária.

Este resultado é possível, pois as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar geram um VBP por hectare 89% superior ao da agricultura patronal, ou seja, enquanto 1 hectare cultivado pela agricultura familiar gera R\$677,00, a mesma área explorada pela agricultura não familiar resulta em apenas R\$358,00.

Das pessoas ocupadas no campo, a agricultura familiar é responsável por 74,4%, destacando sua função econômica e social. Este resultado se explica porque as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar ocupam em média 15,3 pessoas a cada 100 ha, enquanto a não familiar apenas 1,7.

Apesar de cultivar uma área muito menor que a patronal ou empresarial a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos, sendo responsável por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 58% do leite, 50% das aves e 59% dos suínos.

Estes números apresentados corroboram a importância da agricultura familiar e contribuem para superar dois preconceitos apontados por Abramovay (1997): o primeiro em que transforma em sinônimos “agricultura familiar” e “produção de baixa renda” ou “pequena produção” ou ainda “agricultura de subsistência”. Pode-se verificar que além de produzir para a sua subsistência, a agricultura familiar contribui com grande parte da alimentação básica que chega à mesa da população.

O segundo preconceito apresentado pelo autor traduz a ideia que o desenvolvimento agrícola é decorrente da produção de grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados, mas, pelo contrário, como apresentado anteriormente, a agricultura familiar é altamente eficiente uma vez que contribui com aproximadamente 40% do valor bruto da

produção agropecuária nacional com pouco mais de 24% da área. Este resultado só é possível através de sistemas de produção com bons níveis tecnológicos e com maior valor agregado.

Para Abramovay (1997), boa parte dos agricultores familiares se tornaram dinâmicos, cujo comportamento econômico sobrepõe a aversão ao risco e adota inovações tecnológicas e integra-se a mercados competitivos. Este dinamismo depende de alguns fatores como a qualidade das terras onde estão localizadas estas famílias, a formação ou capacitação destes agricultores e a existência de um ambiente que seja possível o acesso a mercados diversificados, ao crédito a insumos e meios básicos de exercício da cidadania como: escola, saúde, assistência técnica e outros.

Para efeito de enquadramento dos agricultores familiares nas políticas públicas a eles destinadas foi elaborado um instrumento de identificação deste público, denominado de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é a principal política pública direcionada a agricultura familiar, trata-se de um programa que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

A DAP é emitida por entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e destina-se a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem a mesma residência e explorem as mesmas áreas de terra.

Os critérios objetivos para emissão da DAP e, por conseguinte de identificação da categoria denominada como agricultor familiar, são (MANUAL DE CRÉDITO RURAL, cap. 10 – seção 2, 2011):

- que os mesmos explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- que residam na propriedade ou em local próximo; que não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- obtenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- que tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter até 2 (dois) empregados permanente;
- que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$110.000,00 (cento e

dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Agricultores familiares que apresentem renda familiar bruta inferior a R\$ 6.000,00 (seis mil reais) também têm direito a DAP. Neste caso é elaborada uma DAP específica onde admiti-se que para a sua sobrevivência boa parte de sua renda familiar é oriunda de atividades fora do estabelecimento, sendo exigido, neste caso, que do total da renda aferida, pelo menos 30% seja oriunda da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, mantido os demais critérios de posse, residência, módulo e força de trabalho na condução das atividades.

São também identificados pela DAP os *pescadores artesanais* que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; *extrativistas* que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; *silvicultores* que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; *aquicultores* que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; *quilombolas* que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; *indígenas* que pratiquem atividades produtivas agrícolas e/ou não agrícolas, de beneficiamento e comercialização de seus produtos; e *agricultores familiares* que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais, conforme a legislação vigente.

Para todas estas categorias de “*agricultores familiares*” os critérios relacionados ao tamanho da área, utilização da mão-de-obra familiar, renda e gestão do empreendimento estão presentes.

3. Associação, Cooperação, Cooperativismo e Economia Solidária, porque as pessoas se associam?

Esta pergunta sempre é feita quando se sugere que um grupo de pessoas se organize em prol de um objetivo comum. Inicialmente este grupo deve ter ciência de seus limites e reais necessidades, buscando realizar juntos o que isoladamente não é possível ou viável. A organização coletiva é um importante meio de solucionar problemas, exercer pressão e obter conquistas.

No que diz respeito às organizações existem diferentes tipos de grupos, cada qual com sua peculiaridade, estes podem ser formais ou informais. Os grupos informais são os mais corriqueiros e são próprios da natureza humana, exemplos desta forma de organização são o de trabalho ou de bairro. Como a denominação traduz, não possuem natureza jurídica formal, porém apesar desta informalidade, são importantes para a construção ou fortalecimento das relações sociais que são as bases para o desenvolvimento do grupo como um todo.

Dentre as organizações formais ligados ao setor rural podemos destacar os sindicatos, associações e cooperativas. De uma forma geral estas organizações têm por objetivo a luta por justiça social, buscando a redução das desigualdades.

Outros objetivos que estas organizações buscam, em especial as cooperativas e associações, são: o aumento da renda de seus sócios; a busca por melhores mercados e diminuição da intermediação desnecessária nas operações de comercialização; a realização de serviços de apoio ao desenvolvimento das atividades sociais, políticas e econômicas; o acesso a assistência técnica, obtenção de crédito e outras políticas públicas; a redução da competição entre os produtores e o fortalecimento das parcerias; o planejamento da produção e da propriedade; o beneficiamento da produção e agroindustrialização; a aquisição de bens de produção e insumos de qualidade a preços melhores, enfim são inúmeros os objetivos e vantagens para a concretização de atividades em grupo, porém qualquer que seja o empreendimento associativo, este não será a solução milagrosa para os problemas, pois há risco de fracasso.

Muitas organizações fracassam quando são criadas apenas para acesso a recursos sem se verificar qual o interesse comum dos seus integrantes e sem que haja o devido amadurecimento do grupo. A falta de estudo de viabilidade técnica e econômica é também um dos motivos que faz com que as organizações fracassem. O associativismo rural é um dos caminhos para os agricultores familiares obterem melhores condições de produção, renda e

inclusão no mercado, porém antes de se criar ou constituir um empreendimento associativo, inicialmente devemos ter bem claro se esta é a melhor solução para os problemas e sendo positiva a resposta qual a forma jurídica mais adequada.

De acordo com o artigo 53 do código civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro e 2002, uma associação é a união de pessoas que se organizam para ações afins e não econômicas. O fim não lucrativo significa que os resultados não podem ser distribuídos entre seus membros, mas sim utilizados na consecução dos objetivos da organização. O objetivo precípua da associação é o interesse da coletividade e não dos sócios individualmente. Sendo assim, em uma associação não há entre seus membros direitos e obrigações recíprocas, mas sim destes com a organização, sendo uma das características que a distingue das cooperativas.

As sociedades cooperativas, na atualidade, são definidas, de acordo com a Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, como sendo uma sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

O cooperativismo percorreu um longo caminho para se tornar o que é hoje e para tanto, diversos personagens históricos contribuíram para esta evolução durante este período⁹.

Historicamente o cooperativismo foi criado como sendo uma forma de organização ou modelo de possibilidade para fazer frente ao movimento capitalista através dos seus princípios básicos, ou seja, uma associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer interesses comuns, quer seja na área econômica, social ou cultural e que tem por objetivo substituir o individualismo pela ação coletiva, visando às necessidades do grupo e não o lucro, a prosperidade coletiva e não a individual.

Segundo Souza Santos e Rodrigues (2002), o cooperativismo é considerado uma resposta às desigualdades sociais produzidas pela modelo de globalização neoliberal que submete toda a sociedade à lei do valor, o cooperativismo é, portanto, um sistema alternativo de produção que tem por objetivo a justiça e cidadania, pois apontam para práticas emancipadoras através de remuneração igualitária dos trabalhadores das empresas cooperativas e também para a criação de formas de sociabilidade solidárias, baseadas no trabalho cooperativo e na participação democrática na tomada de decisões das empresas.

A ideologia cooperativista foi criada, evoluiu e conquistou seu espaço definindo uma nova forma de pensar o Homem, o Trabalho e o Desenvolvimento Social. O sistema de

⁹ Os precursores do cooperativismo organizado são apresentados na obra de THENÓRIO FILHO, L. D. Pelos Caminhos do Cooperativismo: com destino ao crédito mútuo. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002, cap II, p. 33 – 47.

cooperação é visto e reconhecido como uma forma democrática para a solução dos problemas socioeconômicos, pois baseia-se em valores como a ajuda mútua, igualdade, equidade, solidariedade e democracia.

No Estado do Paraná o cooperativismo teve suas raízes nas comunidades de imigrantes europeus que se organizaram para a compra e venda da produção, além de suprirem suas necessidades de consumo e crédito, buscava-se a melhoria da qualidade de vida destas pessoas. Este processo promoveu a modernização da agricultura contribuindo para um forte impacto no meio rural, onde como um dos principais resultados desta política, foi a implantação de um vigoroso sistema cooperativista, focado no agronegócio.

Atualmente, sobretudo no setor do agronegócio, temos diversas cooperativas que não apresentam aderência e representação junto a seus quadros sociais, sendo considerado por muitos, na sua forma de atuação, não diferente de outras formas empresarias, distantes dos princípios e valores pelas quais foram criadas, não podendo ser consideradas empresas solidárias. Para Singer (2002, p. 85) o que impulsiona esta evolução de cooperativas solidárias para empresas capitalistas é a mesma lógica de mercado utilizada pelas grandes empresas multinacionais.

[...] As empresas solidárias tendem a se federar, formando redes locais, regionais, nacionais ou internacionais, o que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos de escala que permitem reduzir custos; a necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco.

[...] muitas empresas que foram constituídas de forma solidária acabam por se adaptar ao capitalismo e por isso deixam de ser solidárias, assalariando seus trabalhadores e administradores, o abandono da autogestão representa uma ruptura com os princípios básicos do cooperativismo. Em tese as cooperativas são autogestionadas, mas na prática assalariam quem as operam.

Estes princípios básicos citados pelo autor são traduzidos, na atualidade, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) como sendo:

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, tendo como princípio a *adesão voluntária e livre*, podem associar-se todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.

Os cooperados, reunidos em assembleia, discutem, aprovam ou desaprovam planos de metas, escolhem seus representantes, tendo, portanto, o *controle democrático dos membros*, significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões, onde cada associado ou cooperado representa um voto não importando o seu capital.

Outro princípio cooperativista diz respeito à *participação econômica dos membros*, ou seja, controle democrático e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. Os sócios contribuem igualmente para a formação do capital e em assembleia é decidido sobre o destino das sobras, rateios e investimentos.

O funcionamento da cooperativa é controlado pelos seus sócios, tendo *autonomia e independência*, não sendo tutoradas pelo estado. Este princípio decorre do entendimento de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização.

O sistema cooperativista tem também como princípio a *educação, formação ou treinamento e informação*, através destes busca-se a capacitação dos cooperados e empregados com conseqüente fortalecimento da organização.

A *cooperação entre cooperativas ou intercooperação* é o princípio que visa dinamizar o setor, aumentando a sua abrangência e atividades. O trabalho conjunto ou a interação destas organizações nos seus diversos níveis, busca fortalecer o movimento cooperativo e atender os sócios de forma mais efetiva.

Por fim o cooperativismo tem como princípio a *preocupação com a comunidade*, onde o intento é o da promoção do bem-estar pelas ações de responsabilidade social, ou seja, os membros das cooperativas devem discutir, elaborar e aprovar políticas com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento de suas respectivas comunidades.

Muitas das cooperativas voltadas ao agronegócio cresceram e ocupam destaque no cenário nacional e são responsáveis por grande parte da produção e riqueza do campo tornando-se paradigmáticas as demais, porém por terem se tornado muito grandes, tanto no

porte, distribuição geográfica e no número de associados, dificultam a participação, representação e homogeneização dos interesses.

Nestas cooperativas o ato de cooperar tem se tornado cada vez mais uma forma de atuar na dimensão econômica do que na social, assim os cooperados, têm experimentado pouca participação nos destinos das mesmas.

Em toda cooperativa existem duas dimensões que devem “caminhar” lado a lado de forma equilibrada, uma é a dimensão social, onde ocorrem as discussões sobre a forma de atuação e são tomadas as decisões em prol da coletividade, ou seja, esta dimensão é o espaço de participação e de elaboração da política de atuação da sociedade cooperativa.

Outra é a dimensão econômica, espaço onde são colocadas em prática as decisões tomadas pelo quadro social. Destarte a sociedade cooperativa deve manter o equilíbrio entre as estas dimensões para atuar no mercado de forma competitiva, porém sem esquecer dos princípios e valores que a tornaram numa possibilidade de modernização frente o capitalismo.

Singer (2002) destaca que o cooperativismo foi uma resposta dos trabalhadores, nos primórdios do capitalismo industrial, à pobreza e ao desemprego, valendo-se de princípios de igualdade e democracia, nega a separação entre trabalho e os meios de produção, onde “todos que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalham na empresa”. Ainda segundo o autor, o principal objetivo da empresa solidária não é maximizar o lucro, mas sim aumentar a quantidade de postos de trabalho e a qualidade do trabalho.

Segundo Iaskio (2007) as ações de organizações voltadas à economia solidária são pautadas na solidariedade entre seus membros, na democracia e na participação. Ainda segundo o autor, a solidariedade que se trata não é relacionada à caridade, mas sim ao vínculo recíproco para o alcance dos objetivos comuns.

Singer (2002) apresenta as modalidades de cooperativas solidárias: a primeira delas são as de produção, constitui-se na modalidade básica da economia solidária. Nesta a propriedade é coletiva, divididas em partes iguais de tal forma que todos tenham o mesmo poder de decisão, sendo a administração escolhida entre seus membros e suas diretrizes aprovadas em assembleias. O excedente anual tem sua destinação definida pelos sócios, uma parte das sobras compõem fundos legais e o restante pode ser repartido no todo ou parte destinada para reinvestimentos na cooperativa.

Outra modalidade de cooperativa solidária são as de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares, tem o objetivo de realizarem compras e vendas em conjunto, sendo as sobras das operações comerciais distribuídas entre os cooperados em proporção às suas operações. Esta modalidade preserva o individualismo do

agricultor, mas permitem organizar compras e vendas em comum, com vantagens para todos em termos de preços, além de prestação de serviços que apoiam as atividades nos sistemas de produção individuais.

Temos ainda as cooperativas de consumo, que tem a finalidade de propiciar a máxima satisfação ao menor custo aos cooperados. Por fim, temos a modalidade de cooperativas de crédito que se constituem em empresas de intermediação financeira de propriedade dos depositantes.

As cooperativas de produção da agricultura familiar se aproximam muito do conceito de economia solidária, onde esta é caracterizada como uma forma de trabalho associado, de produção e comercialização, com vistas à geração de trabalho e renda, sendo os meios de produção pertencentes aos próprios cooperados e por eles geridos.

Da mesma forma que o agricultor familiar deve apresentar determinadas características, as suas organizações para o acesso a determinadas políticas públicas, também devem respeitar alguns critérios, destacando:

- I - tenham, no mínimo, 70% (setenta por cento) de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas desta categoria;
- II - tenham patrimônio líquido mínimo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e máximo de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais);
- III - tenham, no mínimo, 1 (um) ano de funcionamento.

O objetivo dos critérios que definem um percentual mínimo de agricultores familiares e da origem da produção é o de garantir que estas organizações da agricultura familiar cumpram com os seus princípios de autogestão e divisão equânime do poder.

Para Laville et al. (2006, p. 14), as práticas da economia solidária podem ser abordadas como atividades que são empreendidas com o intuito de democratização da economia, através da subordinação do princípio de mercado ao princípio da reciprocidade e da redistribuição num processo de hibridação, ainda segundo Laville¹⁰ (1994 apud FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2006, p. 101), dois traços característicos resumem a especificidade

¹⁰ LAVILLE, J.L. (Org). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994a.

_____. *Collectifs et coopératives de travail en Europe – Éléments pour bilan 1970-1990*. Paris: CRIDA-LSCI: CNRS, 1994b.

do fenômeno da economia solidária, são eles chamados de *hibridação de economias* e de *construção conjunta de oferta e demanda*.

A *Hibridação de economia* é entendida como a combinação de três princípios econômicos, sendo eles denominados de recursos de *natureza mercantil, não mercantil e não monetário*. O primeiro sendo caracterizado como a venda ou realização de serviços a particulares, configurando-se em recursos de mercado, o segundo sendo caracterizado por subvenções ou outros financiamentos às atividades oriundos do poder público e/ou outras instituições públicas da sociedade, e o terceiro caracterizado pela participação voluntária de alguns membros, ou seja, doação material ou do tempo.

A *construção conjunta da oferta e da demanda* indica que os serviços e produtos são concebidos e propostos em função das necessidades sociais reais expressadas localmente.

A economia solidária supõe, portanto, uma articulação específica entre as esferas *econômica, social e política* onde a *dimensão econômica* traduz-se na capacidade que esta modalidade de empresa tem de gerar trabalho e renda não só para os seus membros, mas também para a comunidade onde está inserida, através da articulação dos recursos mercantis, não mercantis e não monetários, afirmando o caráter de hibridação da economia, onde o aspecto mercantil é expresso pela comercialização de bens e serviços, o não mercantil pela subvenção externa e o não monetário pela reciprocidade e trabalho voluntário. Desta forma a dimensão econômica serve aos objetivos sociais e políticos do projeto associativo.

Esta dimensão econômica redefinida também está presente no aspecto da construção local da oferta e demanda, onde as atividades são geradas a partir das reais necessidade expressas pela comunidade em razão da preocupação com o desenvolvimento endógeno.

A *dimensão social* constitui-se na base fundamental que dá suporte e traduz o sentido às ações e objetivos mais gerais desenvolvidos pela organização, ressaltando, portanto, a importância do capital social. Este entendido como o conjunto de valores e normas aceitos e consolidados na organização, as instituições existentes neste ambiente e a interação destes fatores que contribuem para a cooperação dentro ou entre os diversos atores e grupos sociais.

Toda e qualquer atividade econômica é empreendida para enfrentamento de problemas ou necessidades locais. Sendo assim, a *dimensão política* é uma forma de agir no espaço público com o objetivo de melhoria das condições de vida das pessoas da comunidade e os membros da organização tomam conhecimento acerca das necessidades do seu território numa perspectiva transformadora e de empoderamento.

A economia solidária, uma vez colocada em prática estas três dimensões (econômica, social e política), compreende, segundo Gaiger (2006, p. 225), um conjunto de

empreendimentos produtivos que têm por objetivo o benefício econômico e outros ganhos para seus membros; a inserção social e comunitária; a realização de uma série de funções na área da saúde, da educação, da preservação ambiental, entre outras. Desta forma, ocupa as lacunas do Estado e do setor privado na oferta de serviços sociais e na geração de emprego e renda, respectivamente, buscando um padrão endógeno de desenvolvimento através da dinamização das cadeias produtivas locais.

O sucesso dos empreendimentos cooperativos e solidários dependem da observância de alguns pressupostos para o sucesso. Ainda segundo Gaiger (2006, p. 228), as empresas solidárias se desenvolvem mais quando se originam em ambientes populares com uma prévia experiência associativa e com uma identidade comum. Outro ponto necessário para que estes empreendimentos solidários tenham sucesso é a presença de agentes mediadores, que fazem a tradução e interlocução com agentes externos, sendo assim dependem de organização social de base e agentes mediadores, que podem ser ligados a organizações governamentais ou não governamentais.

Souza Santos e Rodrigues (2002, p.64 – 73), apresentam um conjunto de nove *Teses para o Sucesso de Empreendimentos Solidários*.

- 1) Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de o manter, dependem igualmente das dinâmicas não econômicas, culturais, sociais, afetivas, políticas associadas à atividade econômica. A difícil transição da produção capitalista para a produção cooperativista requer atividades simultâneas de educação e integração social que mantenham o entusiasmo dos trabalhadores participantes e criem as condições necessárias para a participação efetiva ou significativa destes nas decisões das empresas de que são proprietários.
- 2) O êxito das alternativas de produção depende da sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo, destacando três tipos: sindicatos, ong's e fundações, além de outras organizações econômicas alternativas;
- 3) As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do Estado para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar recursos do Estado a favor dos setores populares;

- 4) As alternativas devem ser vorazes em termos de escala, não se limitar ao ambiente local;
- 5) A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda, característica emancipadora, substituição da autoridade vertical para a democracia participativa no interior das unidades de produção, estender a ação democrática do campo político para o campo econômico;
- 6) Existe uma estreita conexão entre lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal, a luta pela produção não capitalista faz parte das lutas contra todas as formas de opressão (gênero, raça, classe social) e de apropriação;
- 7) As formas alternativas de conhecimento são fontes alternativas de produção, formas diferentes de encarar e ver o mundo, a sociedade e o ambiente;
- 8) Os critérios para avaliar o êxito ou fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivas. A avaliação não deve ser estreita apenas no campo econômico, é necessário também avaliar os ganhos ou benefícios não monetários;
- 9) As alternativas de produção devem entrar em relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade, como a inserção das cooperativas em mercados alternativos como o Comércio Justo¹¹ (*Fair Trade*, em inglês), que pagam preços mais justos, mantendo uma relação de complementariedade.

Por fim, para que estes empreendimentos solidários tenham êxito é necessário a atuação do Estado, através de políticas públicas de formação e assessoria contínua, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a legalizarem-se, a buscarem mercados, financiamento, entre outros apoios (SINGER, 2002, cap. 1, p. 122).

¹¹ Comércio Justo é definido como o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia.

4. Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos - PAA e PNAE

No início do processo de modernização da agricultura, as políticas públicas destinadas ao setor eram fundamentalmente de acesso ao crédito subsidiado, aliado a outros programas como de comercialização e para a implantação do cooperativismo de produção, sobretudo para a viabilização do modelo de produção de *commodities*. Na época, a estratégia utilizada era a de aumento da produtividade, especialização e intensificação dos sistemas produtivos, promovendo um desenvolvimento desigual, onde muitos agricultores familiares ficaram alijados deste processo.

Em meados da década de 90 houve a criação do PRONAF, que atualmente é a principal política pública destinada ao agricultor familiar e tem como objetivo o financiamento e garantia da produção. Na esteira do PRONAF outros programas governamentais direcionados a agricultura familiar foram criadas com o objetivo de agregação de valor, geração de renda e comercialização da produção. Dentre as políticas destinadas a comercialização da produção originária dos agricultores familiares destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Estes programas além de atenderem às necessidades de comercialização dos agricultores familiares, atendem também as necessidades das populações mais carentes, proporcionando a elas Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), onde de acordo com a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda no ano de 2004, o conceito de SAN é:

[...] a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Fica claro que na formulação do conceito buscou-se não apenas o aspecto relacionado ao acesso de alimentos em quantidade suficiente para todos, mas também que estes sejam saudáveis e nutritivos, buscando ainda que respeitem as particularidades das comunidades e também que sejam produzidos de forma sustentável.

Desta forma iremos a partir deste ponto dissertar sobre duas políticas de aquisição de alimentos que apresentam a interface com a agricultura familiar, no aspecto da

comercialização e também contribuem para a promoção de uma alimentação saudável aos beneficiários consumidores.

4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O PAA foi uma das ações do Programa Fome Zero e promoveu o acesso de alimentos às populações em situação de insegurança alimentar, bem como a inclusão social e econômica do campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O seu marco legal foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de dois de julho de 2003 e tendo ainda como fundamentação o Artigo 3º da Lei Complementar nº 111, de 06 de julho de 2001; o Decreto nº 6.447, de 07 de Maio de 2008; e o Decreto nº 6.959, de 15 de Setembro de 2009.

De acordo com o Manual Operacional de Execução, o PAA é um instrumento que pode servir como ação para promover um processo de desenvolvimento local, onde agricultores familiares tenham como mercado consumidor as famílias das diversas classes sociais e setores, servindo também para fomentar os produtos da agricultura familiar para que sejam disponibilizados através do comércio local, indústria, varejo, atacado, feiras, do município ou entorno.

O programa de aquisição de alimentos possui cinco modalidades do PAA, a primeira delas é denominada de *Compra Direta da Agricultura Familiar* e destina-se tanto para a distribuição de alimentos como também para a formação de estoques públicos. O limite que cada agricultor familiar pode acessar nesta modalidade é de até R\$8.000,00 (oito mil reais) por ano civil.

Tem como objetivo a aquisição de produtos da agricultura familiar quando estes se apresentam com preços muito baixos no mercado. Possui, também, a finalidade de atender a demanda de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar. Os participantes, agricultores enquadrados no PRONAF devem estar organizados, preferencialmente, em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os alimentos adquiridos têm sido utilizados especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Entre os produtos adquiridos pela modalidade, destacam-se o arroz, farinha de mandioca, feijão, milho, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo.

Outra modalidade do PAA é denominada de *Formação de Estoque pela Agricultura Familiar*, com o mesmo limite de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por ano civil, propicia instrumentos de apoio à comercialização de produtos alimentícios. Esta modalidade só é operada por meio de organizações formais da agricultura familiar, disponibilizando recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoque de produtos para posterior comercialização.

O limite anual por agricultor familiar não é cumulativo com as demais modalidades, desde que realizada liquidação financeira. A operacionalização se dá pela organização de agricultores familiares que, juntamente com seus associados, identifica a possibilidade de formação de estoque de determinado produto e elabora uma proposta de participação.

Uma terceira forma de acessar o PAA é através da modalidade *Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea* que caracteriza-se pela aquisição de alimentos de agricultores familiares organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social com programas e ações de acesso à alimentação. Desta forma o programa busca promover a articulação entre Agricultura Familiar e programas sociais.

Desenvolvida com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a modalidade é operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), atendendo às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de Agricultores Familiares. Envolve uma grande diversidade de produtos, inclusive alimentos perecíveis e regionais que, normalmente, não estariam disponíveis em quantidade e qualidade nas entidades assistidas.

As organizações de agricultores e as entidades que receberão os produtos elaboram uma proposta que avalia a necessidade de consumo do público atendido pela entidade e a possibilidade de provisão por agricultores familiares. A partir da aprovação da proposta, a organização de agricultores passa a entregar seus produtos de acordo com o pactuado e o pagamento é liberado em sua conta, mediante a comprovação (termo de recebimento e aceitabilidade e nota fiscal) de que os produtos foram entregues na quantidade e qualidade pactuada.

São beneficiários deste subprograma como **Fornecedores** os agricultores familiares enquadrados no PRONAF, e como **Consumidores** instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A quarta modalidade do PAA denomina-se *Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite - PAA Leite*. Esta modalidade foi criada para contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também para incentivar a produção dos agricultores familiares.

Para participar do PAA Leite e ter a compra garantida do seu produto a preço fixo, o agricultor familiar deve seguir exigências, como produzir no máximo 100 litros de leite por dia, possuir Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e ter comprovante de vacinação dos animais.

Já a família que irá receber o leite deve estar dentro do limite máximo de renda *per capita* de até meio salário mínimo e ter, entre os membros da família, crianças entre 2 e 7 anos de idade, nutrízes até seis meses após o parto, gestante e idosos a partir de 60 anos de idade.

A quinta modalidade do programa de aquisição de alimentos é a *Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea*, através deste subprograma do PAA são adquiridos produtos da agricultura familiar para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação empreendida por entidades da rede socioassistencial local.

A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios. O agricultor familiar comercializa diretamente alimentos de acordo com padrões de qualidade que são determinados pelos órgãos regionais competentes em um limite de R\$ 4,5 mil por ano.

Na região centro-ocidental paranaense a maioria dos municípios operacionaliza este programa por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária – SETS. Existe ainda a possibilidade de operacionalização via Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Esta modalidade do PAA é a que mais tem sido utilizada e os resultados da aplicação desta política pública são os mais expressivos na região.

4.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar foi instituído pela Lei nº11.947, de 16/06/2009 e regulamentada pela Resolução nº 38, de 16 de

julho de 2009, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE¹²), o programa possui três linhas de ação básicas, *Ações de Alimentação e Nutrição na Escola, Programa Mais Educação e Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural*. A primeira linha de ação diz respeito à educação alimentar e nutricional e caracteriza-se por um conjunto de ações formativas que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo.

O *Programa Mais Educação* visa o atendimento dos alunos matriculados em escolas de ensino fundamental regular e médio previamente selecionadas pelo MEC e ratificadas pelas prefeituras e secretarias estaduais e distrital de educação, voltados à Educação Integral que totalizem carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias.

A terceira linha de ação, denominada de *Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural*, possui a interface com o público objeto do estudo, onde do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações.

Dentre os objetivos desta política, destaca-se a promoção da alimentação saudável e adequada à clientela do PNAE, com produtos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou de suas organizações de forma a contribuir com o seu fortalecimento. Deve ser diversificada e produzida preferencialmente no âmbito local, priorizando os gêneros alimentícios da safra do ano de entrega do produto à escola. Na elaboração do cardápio, planejado pelo nutricionista responsável-técnico, deverá ser considerado a sazonalidade e as peculiaridades da produção da agricultura familiar.

Os beneficiários fornecedores são os Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais, detentores de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Física e/ou Jurídica, conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, organizados em grupos formais e/ou informais.

Os Grupos Informais são aqueles cadastrados junto à Entidade Executora por uma Entidade Articuladora, que será a responsável técnica pela elaboração do Projeto de Venda de

¹² O FNDE é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação.

Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Estes grupos são aqueles em que os agricultores familiares que possuem DAP física estão organizados com o propósito de vender para a alimentação escolar. A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Física é o instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas.

Os grupos formais são aqueles em que os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais estão organizados em cooperativas e associações que possuem DAP jurídica. A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Jurídica é o instrumento que identifica as formas associativas dos Agricultores Familiares organizadas em pessoas jurídicas devidamente formalizadas.

As Entidades Executoras são as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, prefeituras municipais e escolas federais, que são responsáveis pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE.

As Entidades Articuladoras são as instituições cadastradas no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural (SIBRATER), a exemplo da EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura Familiar ou entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA para emissão da DAP.

Além da função de assessoria aos grupos informais com o ente público contratante na relação de compra e venda, as Entidades Articuladoras deverão também comunicar ao controle social local a existência do grupo, para que esse possa ter assento no Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) ou Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), quando houver.

A operacionalização do Programa se inicia com a *Elaboração do Cardápio*, conforme dispõe o artigo 15 da Resolução nº 38/2009. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pela nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e a diversificação agrícola da região.

A partir do cardápio elaborado realiza-se a *Chamada Pública* pelas Entidades Executoras e estas, por meio de edital publicam a demanda de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, em jornal de circulação local, regional, estadual ou nacional, em página na internet ou na forma de mural em local público de ampla circulação. Nesta etapa, tanto os agricultores familiares como as entidades articuladoras deverão ficar atentos para tomar conhecimento da chamada pública.

Na aquisição dos produtos a Entidade Executora deverá considerar os preços de referência praticados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nas localidades em que não houver definição de preços no âmbito do PAA, os preços de referência deverão ser definidos de acordo com o valor total dos projetos, sendo:

Para projetos de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural com valores de até R\$ 100.000,00 por ano:

- média dos preços pagos aos agricultores familiares por 3 mercados varejistas (priorizando a feira do produtor da agricultura familiar);
- preços vigentes de venda para o varejo pesquisados no mercado local ou regional.

Para projetos de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural com valor igual ou maior que R\$100.000,00 por ano:

- média dos preços praticados pelo mercado atacadista nos último 12 meses;
- preços apurados nas licitações de compras de alimentos realizados no âmbito da Entidade Executora, desde que em vigor;
- preços vigentes apurados em orçamento, de no mínimo três mercados atacadistas locais ou regionais.

Os gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar não poderão ter preços inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), sendo que o limite individual de venda do agricultor familiar é de R\$9.000,00 por DAP/ano.

O documento que formaliza o interesse dos Agricultores Familiares em venderem para a Alimentação Escolar é o projeto de venda, que será elaborado pelo grupo formal ou pelo grupo informal, sendo que os informais são assessorados pelas entidades articuladoras, sempre de acordo com a Chamada Pública. Assinam o documento o representante do grupo formal e os agricultores fornecedores do grupo informal.

A responsabilidade pelo recebimento dos projetos de venda é da Entidade Executora, por ocasião da entrega do projeto, este deverá ser acompanhado da seguinte documentação de habilitação dos fornecedores:

- grupos informais: Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) de cada agricultor participante, CPF e Projeto de Venda.
- grupos formais: Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) jurídica, CNPJ, cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívidas Ativas da União, cópia do estatuto e Projeto de Venda.

No processo de aquisição dos alimentos, as Entidades Executoras deverão comprar diretamente dos Grupos Formais para valores acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano. Para valores de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano, a aquisição deverá ser feita de Grupos Formais e Informais.

A seleção dos projetos de venda será também realizada pela Entidade Executora e terá prioridade, nesta ordem: os projetos dos municípios; da região; do território rural; do estado e do país. É importante destacar que os produtos da agricultura familiar, assim como qualquer produto destinado a alimentação, deverão atender o que determina a legislação sanitária.

Após esta etapa é formalizado o contrato através da assinatura dos representantes, sendo que no contrato será estabelecido o cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento dos agricultores familiares. O contrato de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar sem licitação para a alimentação escolar deverá ser assinado pela Entidade Executora, pela cooperativa ou associação (grupo formal) e/ou agricultores familiares (grupo informal).

O início da entrega dos produtos será de acordo com o cronograma previsto no contrato. Quando isso ocorre, o representante da Entidade Executora e do grupo fornecedor deverá assinar o Termo de Recebimento da Agricultura Familiar, além da ciência da Entidade Articuladora, no caso dos grupos informais. Este Termo de Recebimento atesta que os produtos entregues estão de acordo com o contrato e com os padrões de qualidade exigidos. Para o pagamento das aquisições é exigido um documento fiscal, podendo ser a nota do produtor rural (bloco do produtor); ou nota avulsa (vendida na Prefeitura); ou nota fiscal (grupo formal).

É importante destacar que para a consolidação deste grande mercado que se abre para os produtos da agricultura familiar com a implantação da presente Lei, será necessário que os agricultores estejam organizados para participarem, visto que a observância do percentual mínimo de 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, poderá ser dispensada quando presentes uma das seguintes circunstâncias: impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; e condições higiênico-sanitárias inadequadas.

5. Análise dos dados da Implantação de Políticas de Aquisição de Alimentos na Região Centro-Ocidental Paranaense

5.1 Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos

No ano de 2005 apenas 04 dos 25 municípios da região centro-ocidental paranaense foram beneficiados com a modalidade do PAA Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, na oportunidade foram aplicados R\$118.567,25, atendendo 41 entidades, tendo 6.048 beneficiários consumidores e 74 beneficiários fornecedores. Os municípios contemplados foram Barbosa Ferraz, Moreira Sales, Peabiru e Ubitatã, observa-se que dos cinco municípios estudados, apenas Moreira Sales operou no primeiro ano de implantação do programa.

Todos os projetos foram operacionalizados pela SETS, devido a exigência da CONAB de operar somente com organizações formais, e também em decorrência da política ter sido implementada a partir das secretarias municipais de promoção social que possuíam maior relacionamento com a SETS.

No ano de 2006 o número de municípios, entidades, consumidores e fornecedores tiveram um aumento significativo, onde 16 dos 25 municípios foram contemplados. O total aplicado foi de R\$480.899,22, atendendo 127 entidades, 34.952 beneficiários consumidores e 327 beneficiários fornecedores.

Os municípios que firmaram convênio com a SETS foram Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, *Engenheiro Beltrão*, Fênix, Iretama, Juranda, Luiziana, Mamborê, *Moreira Sales*, Quarto Centenário, Quinta do Sol, *Roncador*, *Terra Boa* e Ubitatã. A partir de 2006, todos os cinco municípios objetos deste estudo participaram do programa.

No ano de 2007 o número de municípios se elevou para 20, sendo que foram beneficiadas 198 entidades, que juntas somaram 52.645 beneficiários consumidores, o valor aplicado foi de R\$ 810.035,60 que foram destinados para aquisição de gêneros alimentícios de 493 agricultores familiares enquadrados como beneficiários fornecedores. Além dos 16 municípios relacionados no parágrafo anterior, a SETS firmou convênio com os municípios Campina da Lagoa, Corumbataí do Sul, Farol e Peabiru.

No ano de 2008 não foram aplicados recursos por este programa, já no ano de 2009 dos 25 municípios da região, somente Campo Mourão não foi contemplado. O município de Goioerê firmou convênio diretamente com a CONAB e os demais com a SETS.

Em 2009 o valor aplicado chegou a R\$ 1.474.904,65, contemplando 255 entidades que somadas atenderam 59.496 beneficiários consumidores. Nesse ano foram beneficiados 487 agricultores familiares. Os municípios que completaram a lista de 24 beneficiados com esta política pública foram Janiópolis, Nova Cantu, Goioerê e Rancho Alegre d'Oeste.

No ano de 2010 todos os 25 municípios da região centro-ocidental paranaense foram contemplados com o programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, no município de Nova Cantu o convênio foi firmado diretamente com o MDS, os demais através da SETS.

Em 2010, o valor aplicado foi de R\$2.110.816,71 utilizados para aquisição de gêneros alimentícios de 677 agricultores familiares, atendendo 278 entidades e beneficiando 68.359 pessoas.

No período da análise os valores aplicados elevaram-se em 1.780%, passando de R\$ 118.567,20 no ano de 2005, para R\$ 2.110.816,70 em 2010. Já o número de agricultores familiares beneficiados com esta política pública apresentou um crescimento de 914%, sendo que o valor médio recebido por agricultor familiar se elevou de R\$1.602,00 para R\$3.118,00, representando um aumento de 194%.

Com o aumento do número de municípios participantes, houve também o incremento no número de entidades beneficiadas com o subprograma, onde se elevou de 41 para 278 entidades assistenciais, representando um aumento de 678%. Da mesma forma também foi observado aumento no volume médio de recursos destinados a cada entidade, onde em 2005 era de R\$ 2.892,00 e em 2010 passou para R\$ 7.593,00, representando 262% de aumento.

Ao analisarmos o número de beneficiários consumidores, também é verificado um grande aumento no número de pessoas que se beneficiaram com esta política, visto que em 2005 foram atendidas 6.048 pessoas e em 2010 atingiu-se a marca de 68.379 pessoas, o que representa uma elevação de 1130%. Este universo representa em torno de 20% da população da região centro-ocidental paranaense que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 apresentava a população de 334.254 habitantes.

Assim como nas demais variáveis analisadas, também ocorreu aumento no valor médio aplicado por beneficiário consumidor. Estes receberam no ano de 2005, em gêneros alimentícios, o equivalente a R\$20,00 por pessoa, sendo que no ano de 2010 este valor foi 155% superior. Porém, ao contrário dos demais itens analisados para os anos de 2006 e 2007,

ocorreu uma redução no valor médio aplicado para R\$14,00 e R\$15,00 por pessoa respectivamente. No ano de 2009 o valor subiu para R\$ 25,00 por beneficiário e em 2010 chegou a R\$31,00. A evolução deste subprograma pode ser observada na tabela 2.

Percebe-se que apesar da política pública apresentar grande alcance em relação ao número de pessoas atendidas, os valores aplicados por beneficiário consumidor pode ser considerado relativamente baixo, uma vez que se dividirmos o valor médio de R\$ 31,00 aplicados por pessoa pelos dias úteis do período de um ano chegaremos ao valor de R\$ 0,13.

Tabela 2. Evolução do Subprograma Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea na região Centro Ocidental Paranaense - 2005 a 2010

ANO	Nº de Agricultores Familiares (AF)	Valor Médio/AF (R\$)	Valor Total (R\$)	Nº de Entidades	Valor Médio/Entidade (R\$)	Nº Pessoas Beneficiadas
2005	74	1.602,00	118.567,25	41	2.892,00	6.048
2006	327	1.471,00	480.899,22	127	3.787,00	34.952
2007	493	1.643,00	810.035,60	198	4.091,00	52.645
2009	487	3.029,00	1.474.904,65	255	5.784,00	59.496
2010	677	3.118,00	2.110.816,71	278	7.593,00	68.379

Fonte: SETP e Instituto Emater (Unidades Regionais de Campo Mourão)

Comparando com os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), este valor é 57% menor, visto que partir de 2010 o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. Porém não devemos deixar de destacar que esta política pública tem por finalidade a complementação alimentar destas populações em situação de insegurança alimentar, além de contribuir para o aumento da renda dos agricultores familiares e melhoria da dinâmica econômica local, promovida pela maior circulação financeira nos municípios.

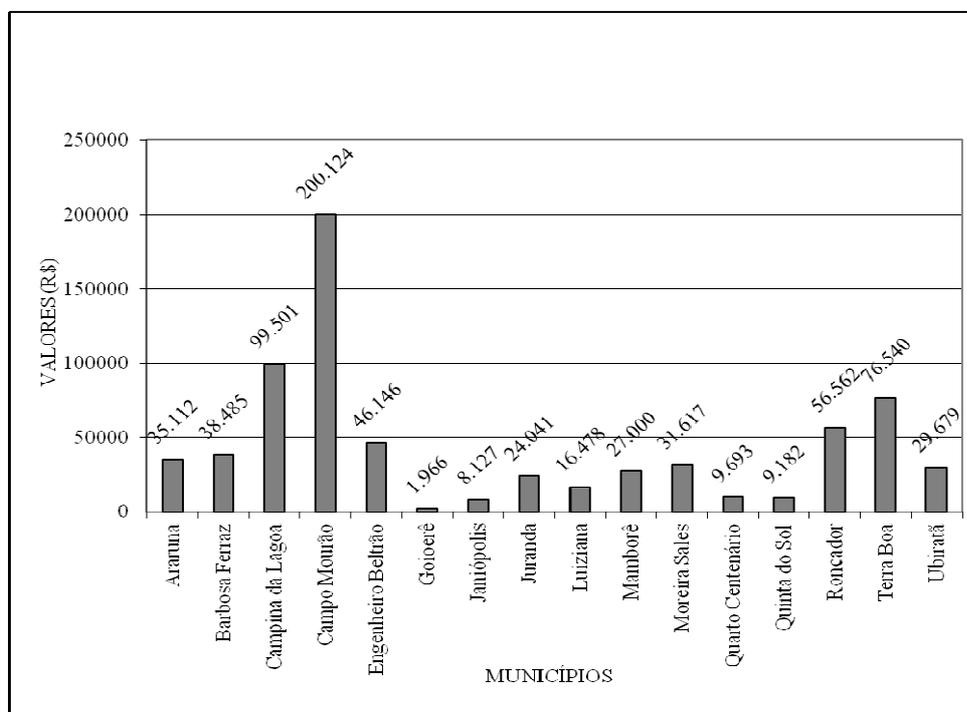
5.2 Resultados do Programa Nacional de Alimentação Escolar

De acordo com levantamento realizado pelas unidades locais do Instituto Emater da região de Campo Mourão, dos 25 municípios da região centro-ocidental paranaense, 16

realizaram, em 2010, aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar.

Já neste primeiro ano de operacionalização do programa, todos os cinco municípios estudados realizaram chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e atendimento às escolas da rede municipal.

As entidades executoras foram as prefeituras municipais, tendo como entidades parceiras as secretarias municipais de educação e agricultura, conselhos municipais, unidades locais do Instituto Emater e grupos de agricultores. Os valores aplicados e o número de beneficiários em 2010 podem ser observados no gráfico 1.



Fonte: Emater (Unidades Municipais da região de Campo Mourão)

Gráfico 1 - Valores (R\$) aplicados pelo PNAE em Municípios da região Centro Ocidental Paranaense por meio das prefeituras municipais (2010)

Com exceção do município de Campo Mourão, que acessou os recursos através de organização formal de agricultores familiares, os demais municípios o fizeram através de grupos informais de agricultores familiares, visto que os projetos apresentavam valores inferiores a R\$ 100.000,00.

Em média foram aplicados R\$44.390,70 por município. Campo Mourão foi responsável por 28% do total aplicado, pois é o município que possui o maior número de alunos da rede municipal de ensino da região.

No total foram aplicados R\$710.251,30, beneficiando 375 agricultores familiares, que receberam em média R\$1.894,00. Em 2011, 24 dos 25 municípios da região centro ocidental paranaense operaram esta política pública.

Por se tratar de uma política pública recente, muitos municípios ainda não estão preparados para a operacionalização deste programa. Temos na região apenas três cooperativas de agricultores familiares que possuem DAP jurídica, documento que habilita a participação em chamadas públicas com valores superiores a R\$100.000,00. Os agricultores familiares também não estão preparados para atender a demanda de alimentos, sobretudo da rede estadual de ensino.

Em 2010 a Secretaria de Estado da Educação (SEED), através da Superintendência de Desenvolvimento Educacional e da Coordenadoria de Alimentação e Nutrição Escolar, lançou o Edital de Chamamento Público nº 001/2010 para processo de seleção de cooperativas e associações, mediante dispensa de licitação, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, nos termos da lei nº 11.947/09 e resolução nº 38/09 – FNDE, para atendimento dos escolares da rede estadual de ensino do estado do Paraná, inscritos no programa estadual de alimentação escolar.

Os municípios da região centro-ocidental paranaense pertencem a três Núcleos Regionais da Educação, conforme segue:

Núcleo Regional de Campo Mourão: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Nova Cantu, Peabiru, Quinta do Sol e Roncador.

Núcleo Regional de Goioerê: Boa Esperança, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Quarto Centenário, Rancho Alegre d'Oeste e Ubitatã.

Núcleo Regional de Cianorte: Terra Boa.

Dos 25 municípios da região, cinco participaram da chamada pública, sendo eles Altamira do Paraná, Engenheiro Beltrão, Iretama, Nova Cantu e Roncador. Este fato ocorreu porque somente estes municípios possuíam organizações de agricultores familiares que atendiam as exigências da chamada pública, dentre elas a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para Cooperativas e Associações; e Projeto de Venda que contemplava a totalidade da quantidade semanal e mensal da escola por grupo de alimento.

Dos municípios estudados, apenas Engenheiro Beltrão e Roncador participaram desta chamada pública estadual. O arranjo local dos agricultores possibilitou este atendimento, uma vez que as cooperativas têm área de atuação nos municípios e os agricultores são os responsáveis pelo fornecimento no município onde residem, facilitando e desonerando o processo de entrega nas escolas estaduais de suas localidades.

5.3 Análise e interpretação da pesquisa de campo

Para a realização da pesquisa de campo foram aplicados 50 questionários junto à agricultores familiares beneficiários das políticas objeto de estudo. Os municípios selecionados foram os indicados na introdução. Também foram aplicados questionários abertos a entidades gestoras dos programas em nível local e regional, assim como a entidades socioassistenciais e em escolas da rede municipal e estadual de ensino.

5.3.1 A Visão dos Fornecedores

O universo de agricultores familiares pesquisado representa 7,38 % do público total beneficiário pelo PAA em 2010. O público pesquisado é composto por 80% de pessoas do sexo masculino.

Apesar de as mulheres representarem apenas 20% dos beneficiários, estas apresentam uma participação importante no sistema produtivo, uma vez que são as responsáveis pela elaboração de diversos produtos fornecidos, sobretudo aqueles que necessitam manipulação ou transformação.

Um aspecto interessante diz respeito ao local de residência dos beneficiários, onde 92% residem na zona rural, evidenciando a importância destas políticas para a permanência destas famílias no ambiente rural.

Por outro lado, a população participante do PAA e PNAE apresenta idade média de 49 anos, sendo o mais velho com 73 anos e o mais novo com 25 anos. Há concentração na faixa etária acima de 50 anos (gráfico 2) e 66% dos entrevistados declaram possuir mais de 30 anos de experiência nas atividades agropecuárias.

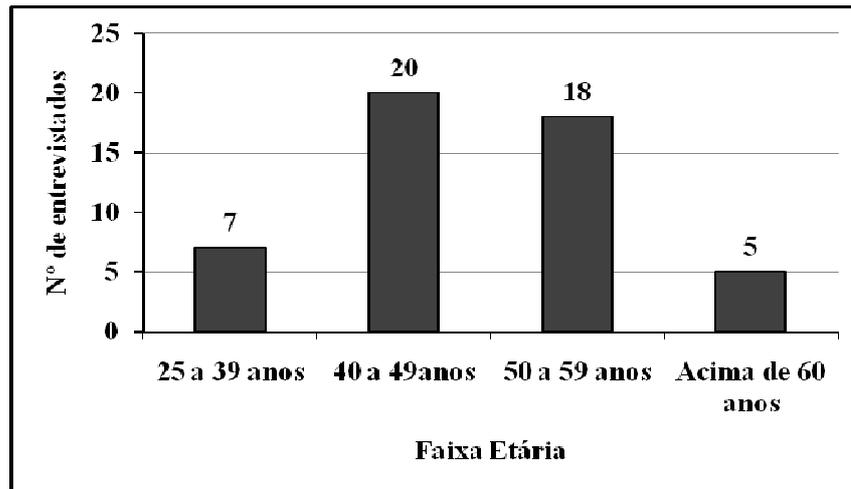


Gráfico 2 – Faixa etária dos agricultores beneficiários

A grande maioria das famílias entrevistadas (84%) acessam outros mercados além dos institucionais. O principal canal de comercialização para os seus produtos são os supermercados e mercearias; outros canais como as feiras e a venda de porta em porta também são utilizados (gráfico 3).

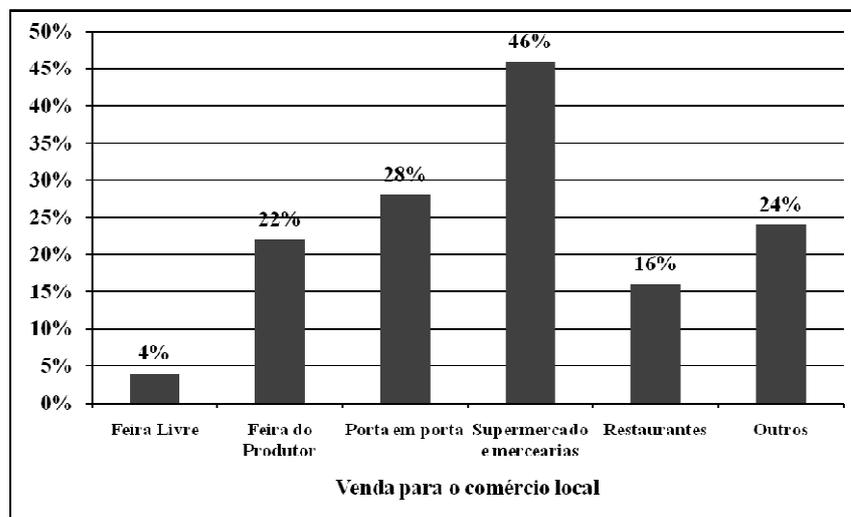


Gráfico 3 – Participação em outros mercados

Apesar de possuírem sistemas produtivos diversificados e participarem de outros mercados além do institucional, parte significativa das famílias não consegue manter-se em suas propriedades rurais apenas com as atividades agrícolas. Dos entrevistados praticamente a metade declarou que possui pelo menos um membro da família exercendo atividades não agrícolas fora do estabelecimento produtivo.

O principal motivo apresentado foi que essas propriedades não oferecem renda suficiente para a manutenção da família. O público que trabalha fora da propriedade são os

filhos desses agricultores, em parte devido aos estudos e também para a busca da independência financeira.

Conforme demonstrado no gráfico 4, mais da metade do público entrevistado tem tempo de participação nos programas PAA e PNAE acima de 4 anos. Do universo dos entrevistados, quase a totalidade (90%) também acessa outras políticas públicas, sendo o PRONAF a principal delas.

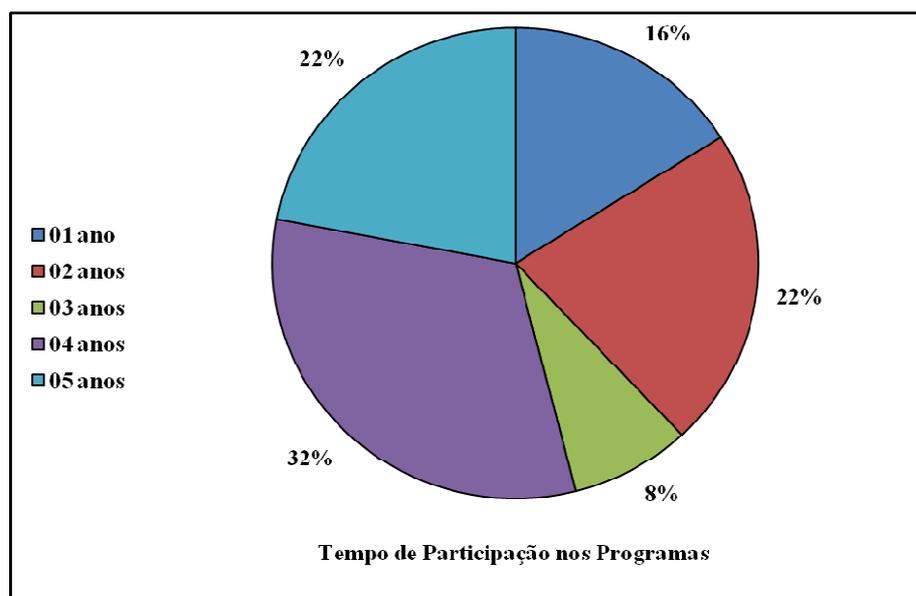


Gráfico 4 – Tempo de participação nos programas PAA e PNAE

Há uma interação entre as políticas públicas, visto que 58% realizaram melhorias no sistema produtivo para participação nos mercados institucionais e, destes, 59% utilizaram recursos do PRONAF para os investimentos.

Outras políticas públicas que também tem interface com o PAA e PNAE são o Programa de Irrigação Noturna e o Programa Fábrica do Agricultor, com a participação de 10 e 14% respectivamente dos entrevistados.

Existe uma grande diversidade de produtos fornecidos aos programas PAA e PNAE, sendo 14 tipos de produtos *in natura* e 24 produtos transformados. Os principais produtos fornecidos *in natura* são frutas, verduras, legumes e mandioca, já para os produtos que recebem algum grau de transformação é observado uma concentração para os derivados do trigo, como o pão caseiro e bolachas. Porém há uma maior especialização quando comparado com o grupo dos produtos *in natura*, visto que para 10 produtos há somente um fornecedor (gráficos 5 e 6).

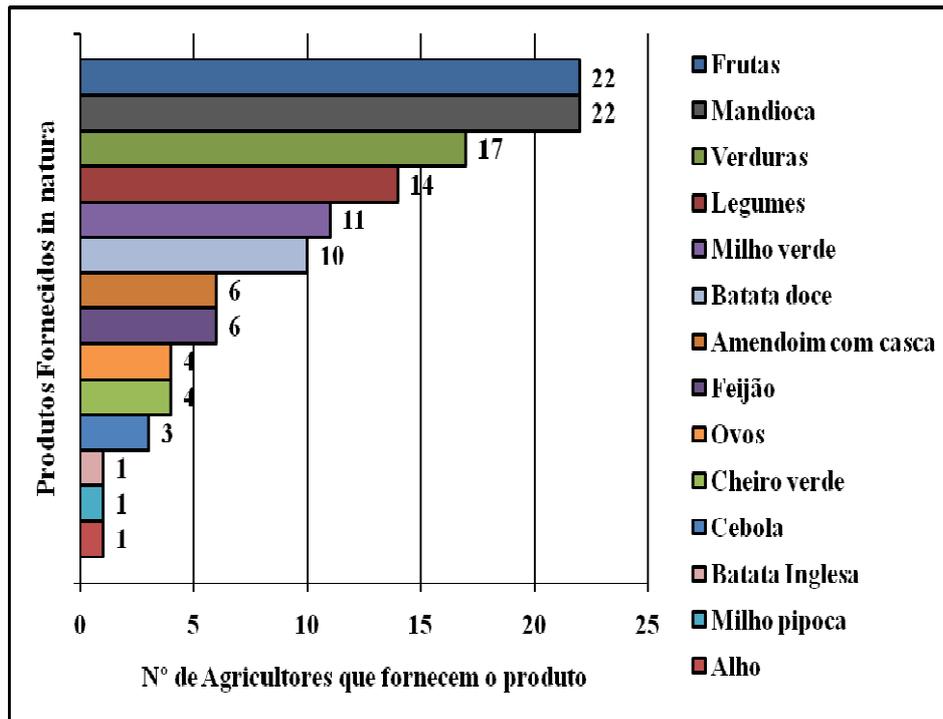


Gráfico 5 – Produtos *in natura* fornecidos pelos beneficiários

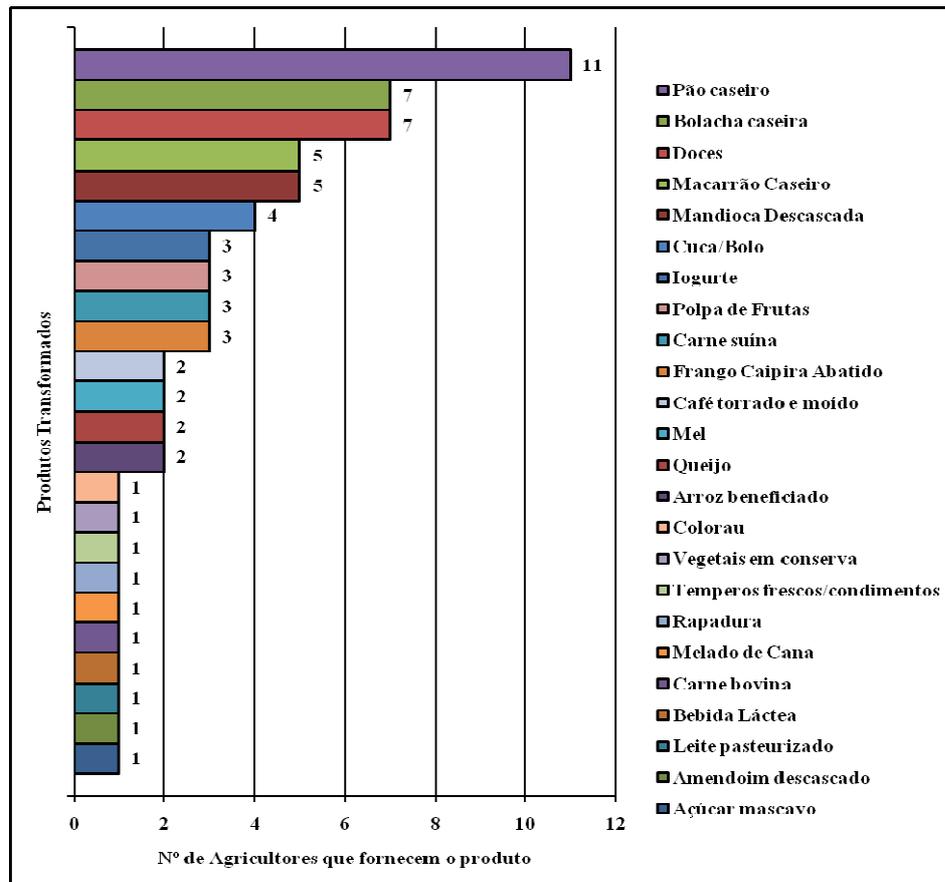


Gráfico 6 – Produtos transformados fornecidos pelos agricultores familiares

De acordo com a pesquisa, a definição da quantidade a ser entregue por cada participante é realizada pelo órgão gestor da política nos municípios, sendo que se procura fazer uma divisão equânime pelos beneficiários que possuem o mesmo produto a ser entregue.

Quando perguntados sobre se recebem assistência técnica para participar dos programas PAA e PNAE, 72% dos beneficiários responderam que tem acesso, sendo que o Instituto Emater foi citado por 89% dos entrevistados como o responsável por este serviço. Como pode ser observado no gráfico 7, os entrevistados indicaram mais de uma instituição prestadora de assistência técnica, onde as Prefeituras aparecem com 22% das citações. Estes números ficam bem próximos quando questionados sobre como ficaram sabendo dos programas PAA e PNAE: para 78% o Instituto Emater foi o responsável e 28% indicaram a Prefeitura ou alguma secretaria municipal vinculada a ela.

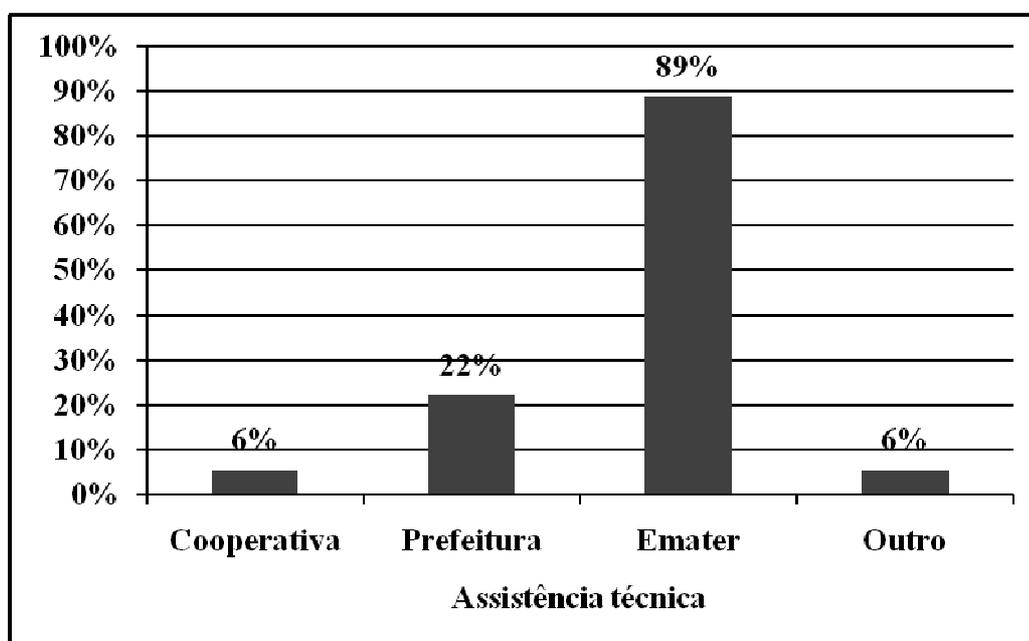


Gráfico 7 – Acesso ao serviço de assistência técnica

A orientação sobre os programas e o serviço de organização dos produtores para acessá-los, não é percebido como assistência técnica para 28% do público, visto que este foi o percentual daqueles que declararam que não recebem qualquer tipo de assistência técnica.

Em relação ao tipo de assistência recebida os entrevistados também citaram mais de uma alternativa, onde para a grande maioria (58%), o serviço é direcionado para o acesso aos programas PAA e PNAE. Trinta e seis por cento dos entrevistados responderam que as orientações são direcionadas à melhoria do planejamento da produção e para comercialização em outros mercados.

O serviço de assistência técnica direcionado para a produção dos produtos destinados aos programas apresentou índice de 31%, enquanto a assessoria para a organização da cooperativa ou associação foi citado por apenas 04 entrevistados, o que representa 11%.

O grau de satisfação com o serviço de assistência técnica também foi objeto de estudo, onde 44% se dizem totalmente satisfeitos e 56% parcialmente satisfeitos.

Foram analisados na pesquisa os aspectos positivos e negativos dos programas PAA e PNAE. Conforme pode ser observado no gráfico 8. A melhoria da renda da propriedade e a garantia de venda da produção foram apontadas por mais de 80% dos entrevistados como os principais pontos positivos.

A diversificação da propriedade e a distribuição da renda durante o ano também foram citados por mais de 50% dos entrevistados. Estes dados evidenciam a importância destas políticas para o equilíbrio financeiro do sistema produtivo e garantia de permanência destas famílias nas atividades rurais.

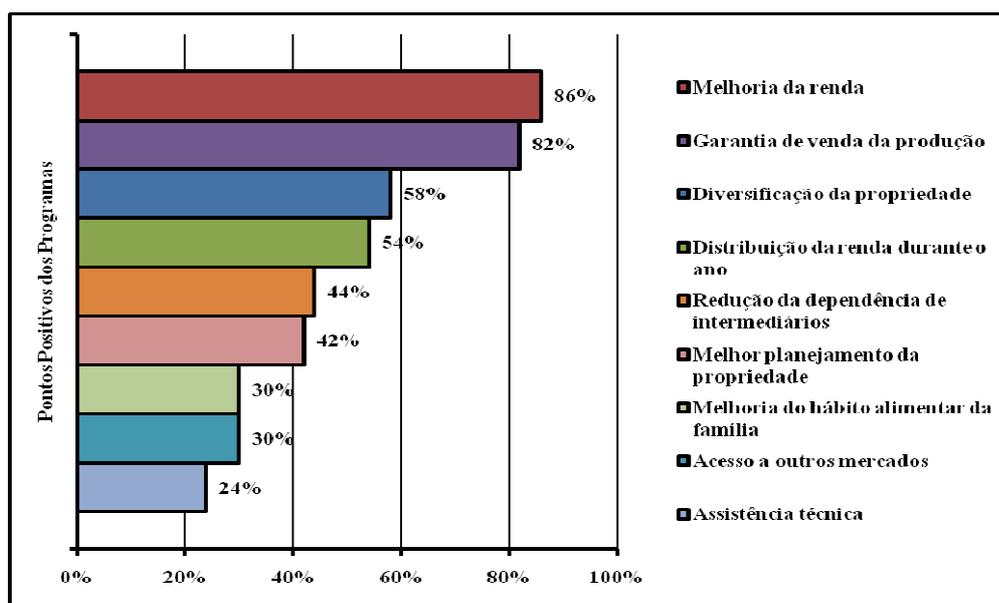


Gráfico 8 – Pontos positivos dos programas PAA e PNAE

Em relação aos aspectos negativos, a principal reclamação dos beneficiários é em relação aos preços recebidos que são considerados baixos. Outros pontos negativos apontados pelos entrevistados dizem respeito a demora na liberação dos recursos e o valor liberado por beneficiário fornecedor. A falta de um centro de recebimento da produção também é apontado como um dificultador da política pública, pois as entregas são realizadas ou por escola ou por

entidade socioassistencial, que aliado aos preços baixos praticados para alguns produtos, contribue para inviabilizar a comercialização (gráfico 9).

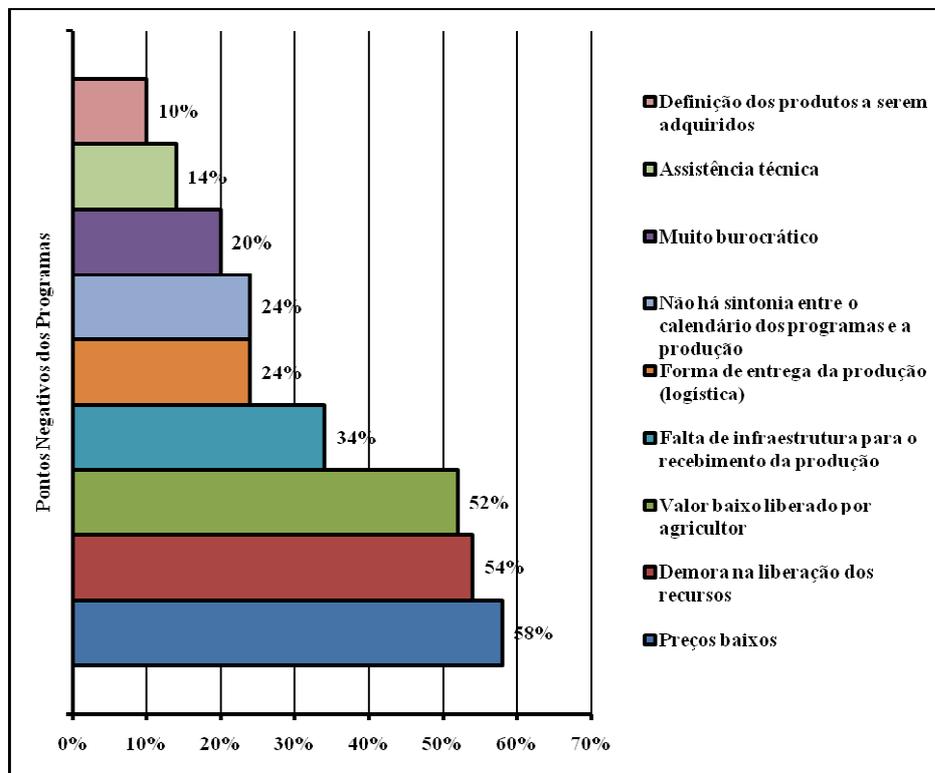


Gráfico 9 – Pontos negativos dos programas PAA e PNAE

Apesar do preço ser apontado pelos entrevistados como o principal ponto negativo do programa, para 88% os preços são suficientes para cobrir os custos de produção, e a metade destes apontam margem de lucro situando-se no intervalo de 20% a 50% (gráfico 10).

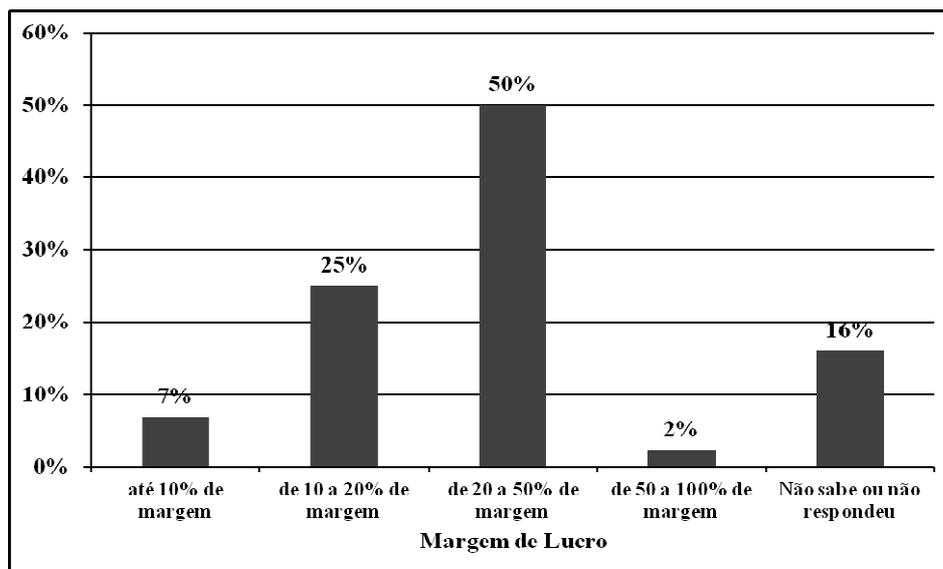


Gráfico 10 – Margem de lucro da comercialização com os programas

Os agricultores fornecedores de carnes são aqueles que dizem obter as menores margens de lucro ou que o preço não cobre o custo de produção.

A unanimidade dos entrevistados indicam que os programas devem continuar, para 86%, caso ocorra interrupção, o principal impacto no sistema produtivo será a diminuição da renda. Outro importante impacto seria a redução da produção dos produtos que atualmente são destinados aos mercados institucionais.

Parcela significativa dos entrevistados, cerca de um terço, indicam que não reduziriam a produção e buscariam outros mercados. Para uma pequena parcela, em torno de 10%, a interrupção dos programas poderia provocar impactos maiores como a mudança de atividade agropecuária ou até mesmo o arrendamento ou venda da propriedade agrícola (gráfico 11).

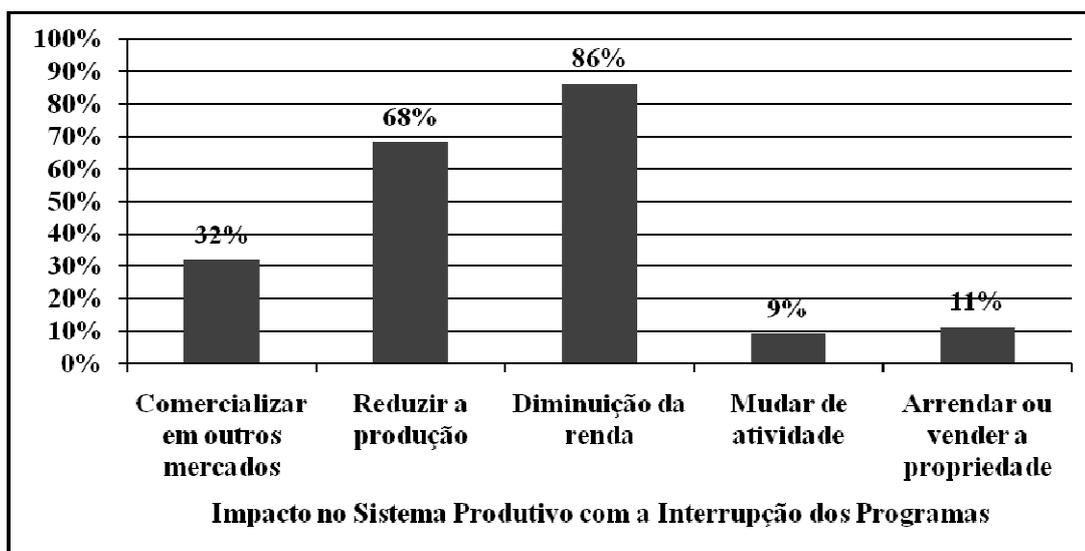


Gráfico 11 – Impacto no sistema produtivo com a interrupção dos programas

Quando perguntados sobre as sugestões de melhorias que deveriam ser implementadas nos programas, os dois principais itens apontados foram os relacionados ao retorno financeiro ao se operar com os mercados institucionais, aproximadamente 30% dos entrevistados sugeriram a elevação do limite a que cada agricultor tem direito e também que se aumente o preço praticado pelo programa para aquisição dos gêneros alimentícios ou que a tabela de preços utilizada fosse atualizada durante o ano. Foi sugerido que os preços dos produtos originários da agroindústria familiar tivessem um valor diferenciado, assim como ocorre com os produtos orgânicos.

A instalação de centrais de recebimento de produtos foi apontada por 20% dos entrevistados como uma necessidade para a melhoria da logística e distribuição, como forma de se reduzir o número de viagens e custos dos agricultores familiares. Ainda referente a logística, foi sugerido pelos fornecedores que se reduzisse o número de locais de entrega, onde cada agricultor pudesse ficar responsável por uma entidade. Para determinados produtos,

foi verificado que há mais de um fornecedor realizando a entrega para uma mesma entidade ou escola.

Na percepção dos agricultores participantes, outros pontos a serem melhorados dizem respeito ao prazo de pagamento, que não deveria passar de 30 dias, e maior agilidade nos procedimentos burocráticos, buscando diminuir o tempo decorrido entre a elaboração do projeto até o início da entrega dos produtos, a fim de não prejudicar aqueles que necessitam entregar produtos que podem ser perdidos devido época de colheita ou sazonalidade.

Foi sugerido que o projeto fosse elaborado no segundo semestre do ano para início das entregas e recebimento logo no começo do ano seguinte, fazendo com que as entregas coincidisse com o calendário escolar ou com o funcionamento da entidade socioassistencial, buscando também evitar a concentração de entregas em determinadas épocas do ano.

A comunicação entre os gestores do programa, fornecedores e os responsáveis das entidades para definição das quantidades a serem entregues foi apontada como um aspecto a ser observado. Na definição destes itens deveria se atender a real necessidade de cada entidade, de tal forma que não ocorresse interrupção do fornecimento, adquirindo no mercado aberto apenas o que não se produz pelos agricultores.

É de entendimento dos participantes que eles deveriam participar da comissão que realiza a gestão dos programas em nível municipal, onde deveriam participar de reuniões bimestrais para a troca de informações.

Os entrevistados relatam que necessitam de mais apoio governamental, quer seja de assistência técnica ou de melhoria da infraestrutura da propriedade. A melhoria das estradas e carreadores é apontada como uma condição básica para poder realizar o fornecimento dos produtos nas escolas ou entidades.

Dentre os apoios de investimento nas propriedades foram citados a implantação de agroindústrias e o fornecimento de mudas de espécies frutíferas.

Alguns entrevistados relatam que, para melhorar a participação nos programas, seria necessária uma melhor organização por meio de uma cooperativa ou associação, desta forma poderiam atuar em outros municípios e aumentar a comercialização com os programas.

5.3.2 A Visão dos Consumidores

Foram realizadas sete entrevistas com representantes de entidades socioassistenciais e escolas da rede estadual e municipal de ensino dos cinco municípios selecionados para a pesquisa de campo. Na maioria dos casos as entidades e escolas municipais tiveram

conhecimento dos programas por meio do Instituto EMATER e Prefeitura. Já os responsáveis pela escolas estaduais tiveram acesso as informações através do núcleo regional da educação e documentos oficiais do FNDE.

Antes de serem atendidos pelos programas PAA e PNAE os produtos eram adquiridos nos mercados locais, por meio de licitações. O cardápio era pouco diferenciado, porém, atualmente apresenta maior variedade de produtos e são servidas um maior número de refeições por beneficiário consumidor. Houve melhor aceitação pelos alunos e beneficiários das entidades socioassistenciais com conseqüente aumento do consumo, principalmente porque são fornecidos produtos mais frescos com melhor valor nutritivo. É consenso que a alimentação oferecida é mais saudável e nutritiva.

O controle da qualidade dos alimentos repassados é realizado, em sua maioria, pelas merendeiras. Estas profissionais quando verificam que os produtos não apresentam uma qualidade aceitável informam a coordenação dos programas e solicitam a substituição dos mesmos. Para os produtos transformados a vigilância sanitária realiza vistorias nas unidades que produzem os alimentos para a liberação e aquisição dos produtos. Segundo os entrevistados, para a manutenção da qualidade dos produtos, são realizados cursos e reuniões com os agricultores participantes.

Em relação a quantidade de alimentos destinados às escolas e entidades, para alguns produtos há falta, sobretudo para legumes. Dependendo da aceitabilidade do produto há maior consumo e a quantidade fornecida pode não ser suficiente para atender durante toda a semana.

Em geral o cardápio é formulado por uma nutricionista que calcula a quantidade de acordo com a população escolar e de beneficiários consumidores das entidades socioassistenciais. Prioriza-se elaborar cardápios que respeitem os hábitos alimentares e a aceitabilidade dos consumidores, além de adquirir produtos que não são fornecidos por outros programas.

Referente a quantidade de alimentos adquirida e fornecida deve-se salientar que no caso do PAA trata-se de um programa de complementação alimentar e para o PNAE não há exclusividade de atendimento da merenda escolar por parte dos agricultores. O Estado e os Municípios adquirem alimentos menos perecíveis de outros fornecedores por meio de licitação.

Normalmente as entregas são realizadas de acordo com um calendário previamente organizado, na maioria dos casos as entregas são efetuadas pelos próprios agricultores semanalmente e diretamente nos estabelecimentos consumidores. Os produtos lácteos são

entregues diariamente.

No município de Engenheiro Beltrão há uma escola beneficiária localizada no distrito de Ivailândia, neste caso os agricultores entregam os produtos na sede do município e a Prefeitura realiza o transporte até a escola.

Há unanimidade em relação à melhoria da alimentação oferecida. Os entrevistados destacam o maior consumo de verduras, legumes e frutas, o que comprova a aceitabilidade dos produtos fornecidos e a melhoria dos hábitos alimentares da população beneficiária. Outro ponto positivo apresentado pelos entrevistados foi o enriquecimento nutricional e variedade do cardápio, sobretudo devido a oferta de alimentos frescos e de boa qualidade.

Os programas também têm contribuído para a redução dos gastos das entidades socioassistenciais com a alimentação das pessoas por elas atendidas, uma vez que os alimentos são adquiridos dos agricultores familiares com recursos da União e doados às instituições. Os representantes das entidades socioassistenciais e das escolas reconhecem também que os programas são um incentivo à produção dos agricultores familiares e contribuem para a geração de renda nos municípios.

Apesar da melhoria do cardápio fornecido, os entrevistados relatam que há pouca variedade de produtos, onde os fornecedores não possuem condições ainda de atender a necessidades apontadas por um cardápio que exigisse uma diversificação maior de alimentos. Os produtos que não são fornecidos pelos agricultores familiares são adquiridos em outros mercados. Outro ponto negativo apresentado é que o projeto não coincide com o início do ano letivo.

Dentre as sugestões de melhoria dos programas destaca-se a necessidade de orientação aos produtores para produzirem uma maior variedade de produtos, que o cardápio possa ser elaborado de tal forma que a produção coincida com período letivo. No caso da alimentação escolar sugere-se que os cardápios sejam elaborados por escola, com o objetivo de se respeitar as particularidades de cada uma e a aceitabilidade dos alunos.

5.3.3 A Visão dos Gestores

Foram aplicados sete questionário junto aos gestores dos programas, sendo cinco nos municípios selecionados e dois nos órgãos gestores regionais, as entidades entrevistadas foram: Núcleo Regional da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), Núcleo Regional da Educação (NRE) e Secretarias Municipais da Educação e de Assistência

Social. A atribuição básica das entidades é a de planejar e coordenar os programas de aquisição de alimentos, por meio da organização e distribuição dos produtos oriundos da agricultura familiar. São também responsáveis, por meio das nutricionistas, pela elaboração do cardápio.

No caso do PAA os órgãos municipais tiveram conhecimento dos programas através do Instituto EMATER e também pela antiga Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social, sendo que a maioria participa do programa desde o seu início. Já para o PNAE, tiveram acesso as informações através da publicação da lei e dos documentos oficiais referentes ao programa.

Na maioria dos cinco municípios, a implantação dos programas foi realizada a partir da elaboração do cardápio e do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Porém, é importante destacar a experiência do município Terra Boa onde os programas foram implantados por meio de uma discussão prévia entre as entidades parceiras.

Neste município para a implantação do programa PAA o processo foi dividido em duas etapas, na primeira foi realizada uma reunião com as secretarias municipais e entidades envolvidas com o programa e definidas as atribuições de cada parceiro.

Na segunda etapa foram realizadas reuniões com os beneficiários consumidores e fornecedores para a determinação de suas atribuições, onde foi esclarecido aos representantes das entidades socioassistenciais que estes teriam como papel no programa a solicitação, recebimento, armazenamento e utilização dos produtos junto aos consumidores finais. Os agricultores familiares foram informados de que seriam os responsáveis pelo abastecimento e atendimento das demandas dos consumidores e entrega dos produtos nos locais conforme o pactuado no projeto.

Foi escolhida como entidade proponente a Associação de Proteção a Maternidade e Infância (APMI). Ela ficou responsável pela administração do programa e é a responsável pelo controle de fornecimento de mercadorias, relatórios e realização de reuniões com os parceiros. A Prefeitura ficou com a responsabilidade da gestão do programa e a articulação entre os parceiros envolvidos na execução do programa, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social a supervisão e o relacionamento com os beneficiários consumidores. É também papel desta secretaria a definição da rede de beneficiários consumidores a serem atendidos e avaliar o andamento do projeto.

A Secretaria Municipal de Agricultura e o Instituto EMATER de Terra Boa são os responsáveis pela organização dos agricultores familiares e o relacionamento destes com os beneficiários consumidores, cabendo ainda ao Instituto EMATER a definição do rol de

produtores a serem inseridos no projeto, auxiliando também na orientação sobre a produção e a entrega de produtos em conformidade com o projeto.

O controle social do programa é realizado pelo Conselho Municipal de Assistência Social em conjunto com o Comitê do Leite das Crianças. Esses órgãos são os responsáveis pela supervisão e acompanhamento do projeto, bem como pela avaliação dos resultados.

No caso do PNAE, também foram realizadas reuniões para a sua implantação, sendo que, para tanto, foi necessário um estudo prévio da lei que regulamenta o programa e discussão para a organização de recebimento dos fornecedores e adequação do cardápio.

Em relação aos preços praticados, a maioria dos entrevistados relata que esta é a principal reclamação dos agricultores. Em especial para as hortaliças que se encontram, segundo eles, abaixo do valor de mercado, este fato contribui para que não haja produtores para determinados produtos. De acordo com os mesmos o valor por beneficiário fornecedor não é suficiente, pois os agricultores não atingem o limite a que cada um tem direito.

Quanto ao volume de alimentos destinados as escolas ou entidades socioassistenciais, alguns entrevistados consideram suficientes, pois de acordo com eles, o projeto é elaborado conforme a necessidade de cada entidade, já para outros entrevistados há carência para determinados produtos.

Nos municípios os projetos são elaborados em função da demanda de cada entidade e número de agricultores aptos a participarem do programa, porém a definição dos valores a serem liberados pelo PAA é realizado pelo Estado, levando-se em consideração o projeto encaminhado e a disponibilidade de recursos, não raro os projetos são devolvidos para adequações devido redução do valor disponibilizado. Para o PNAE o valor a ser liberado varia de acordo com a população escolar.

De acordo com os entrevistados os principais pontos positivos dos programas são a melhoria da qualidade da alimentação oferecida nas escolas públicas e entidades socioassistenciais, o auxílio na aquisição de alimentos com recursos da união, a melhoria nutricional da população beneficiada e a adequação das refeições aos hábitos alimentares através do cardápio com variedade de alimentos.

Em relação aos benefícios aos agricultores familiares, destaca-se o fortalecimento desta categoria, pois garante uma renda mínima aos produtores por meio da compra dos produtos, proporcionando ainda novas oportunidades de emprego.

Referente aos pontos negativos há reclamações sobre o período de realização do projeto que não coincide com o início do ano letivo das escolas e entidades socioassistenciais. O fato do PAA não ser uma política pública continuada também é apontado como ponto

negativo, visto que é necessária a apresentação de projetos todos os anos, ficando na dependência da aprovação do órgão gestor regional e estadual para a aquisição dos produtos, o que contribui para a demora na liberação dos recursos.

No caso do PNAE, a principal reclamação do órgão gestor regional é o número reduzido de organizações de agricultores familiares aptas ao atendimento das chamadas públicas estaduais, devido a necessidade de apresentação da DAP jurídica.

Dentre as sugestões de melhoria das políticas públicas destaca-se a revisão dos preços utilizados como referência, o aumento do limite por agricultor e o valor total dos projetos. Outro ponto a ser melhorado é o tempo de análise e aprovação dos projetos, de forma que o início da operacionalização dos programas nos municípios ocorresse logo no começo do ano.

5.3.4 A Visão do Instituto EMATER

Nos meses de junho e julho de 2011, conforme enunciado na metodologia, foi realizado levantamento por meio da aplicação de um questionário (anexo 5) em 174 municípios de 15 das 21 regiões administrativas do Instituto EMATER. A finalidade foi a de identificar o andamento dos programas, analisando o papel dos atores envolvidos, as dificuldades encontradas e os resultados positivos alcançados.

Os questionários foram aplicados pelos extensionistas municipais e, após uma primeira tabulação, em nível regional, foi novamente tabulado e organizado pela Coordenação Estadual da Área de Negócios Rurais do Instituto EMATER. A análise se dividiu em duas partes, a primeira destinada às questões relacionadas ao PAA e a segunda ao PNAE.

5.3.4.1 Dificuldades e pontos positivos da implantação do PAA

De acordo com o levantamento supracitado, o PAA foi implantado no Estado, tanto na forma de grupos informais como também por meio de cooperativas ou associações.

A antiga Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), hoje Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS), foi o órgão responsável pela operacionalização do programa via grupos informais, onde cada agricultor beneficiário apresenta a sua DAP física e a prestação de contas realizada através de nota do produtor rural. A CONAB foi a responsável pela operacionalização do programa junto a organizações com DAP jurídica.

As dificuldades encontradas são de toda ordem, desde aspectos relacionados a forma de pagamento, aos preços praticados, burocracia na operacionalização do programa e problemas estruturais dos municípios e agricultores.

Um dos pontos a serem superados diz respeito à dificuldade de se criar cooperativas ou associações para legalizar a comercialização, as já existentes apresentam dificuldade no processo de gestão, pois não estão ainda estruturadas ou consolidadas. As organizações dos agricultores familiares ainda não são autossuficientes, apresentando dificuldades em relação a área contábil e fiscal, por outro lado, as exigências e dificuldades contribuem para que as instituições dos agricultores se organizem nestas áreas.

Em relação aos preços é relatado que são inferiores aos praticados no mercado, inviabilizando a entrega para o programa e fazendo com que os agricultores optem por comercializar em outros mercados.

A forma de entrega dos produtos também gera dificuldades aos agricultores visto que estes devem realizar o transporte da produção às entidades socioassistenciais, o que aumenta o custo de produção e inviabiliza o fornecimento de alguns produtos.

A demora na contratação do projeto gera períodos de descontinuidade do programa, onde não há vigência de contrato impossibilitando o fornecimento dos produtos programados e liberação dos recursos de acordo com o planejado. Esta descontinuidade é ocasionada devido a necessidade de se elaborar e apresentar projetos para o acesso a esta política pública todos os anos, processo este que é muito burocratizado fazendo com a liberação dos recursos não ocorra logo no início ano. Os recursos liberados pela União não coincidem com a produção e o ano letivo.

No lado da produção há também dificuldades, uma delas é a carência de assistência técnica, desde a produção até o acondicionamento dos produtos para a comercialização e entrega dos produtos. Há relatos também que a informação e divulgação do programa poderia ser mais bem realizada a fim de se potencializar a implantação do programa.

De acordo com o levantamento são poucos os produtores fornecedores por município, e há resistência para a diversificação da produção, tendo relato de agricultores participantes que não estão comprometidos, apesar do contrato firmado para a entrega dos produtos.

Devido a sazonalidade da produção, principalmente de frutas, ocorre inconstância na produção com conseqüente redução do fornecimento, há dificuldade de se estabelecer um cronograma de plantio que concilie o calendário agrícola com o calendário das entidades beneficiárias.

Referente às questões estruturais, para alguns municípios não é possível a inclusão de carnes nos projetos devido a falta de abatedouro. A legislação sanitária também é uma barreira para alguns produtos em função do custo para adequação às normas sanitárias. Outra reclamação apontada no levantamento diz respeito ao PAA não adquirir leite dos agricultores. Anteriormente este produto fazia parte do rol de gêneros alimentícios que eram destinados às entidades socioassistenciais.

Referente aos pontos positivos o PAA contribuiu para o aumento da renda dos agricultores familiares e também para a abertura de novos mercados e canais de comercialização incentivando a diversificação da produção.

Embora o valor acessado por fornecedor seja considerado baixo por alguns, há outros ganhos como o aproveitamento da mão-de-obra familiar e a garantia de venda dos produtos, que gera segurança para iniciar modificações nas atividades produtivas. De acordo com o levantamento o programa incentiva a melhoria da qualidade e padronização dos produtos e possibilita a organização da produção para participação no mercado Institucional.

Em relação aos beneficiários consumidores, o PAA contribuiu para a melhoria da qualidade nutricional dos beneficiários, visto o fornecimento de uma alimentação saudável, uma vez que há maior disponibilidade e variedade de produtos frescos.

Para o município a implantação do PAA proporcionou a circulação dos recursos no comércio local, gerando renda no próprio município. Para algumas localidades o PAA contribuiu para a reorganização do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM-POA) e também para a implantação de pequenas unidades agroindustriais familiares, como as de abate de frango, pão caseiro, bolachas caseiras e doces. Houve também um maior entrosamento das instituições envolvidas na implantação do programa.

5.3.4.2 Dificuldades e pontos positivos da implantação do PNAE

Um dos pontos de maior dificuldade para a implantação do PNAE, sobretudo nos municípios, decorre do entendimento do processo que disciplina a aquisição dos gêneros alimentícios por meio de editais de chamada pública, uma vez que os departamentos de compras estavam acostumados a realizar estas aquisições através de licitações, onde as compras são realizadas de varejistas ou atacadistas que entregam todos os produtos necessários e no local determinado pelo processo licitatório.

Por se tratar de uma política relativamente nova, nem todos os envolvidos possuem conhecimento pleno do programa, gerando dificuldades na implantação e execução da política

e resistência em relação a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, sendo que em alguns casos os editais foram formulados em desacordo com a realidade das cooperativas ou associações fornecedoras.

Ocorrem também diferentes interpretações sobre a forma de condução do programa, existindo ainda municípios em que o processo encontra-se nas mãos da procuradoria do município.

Existe a necessidade de maior envolvimento dos conselhos de alimentação escolar na implementação e acompanhamento do programa nos municípios, visando uma melhor organização e integração das entidades para atender a chamada pública.

A falta de comprometimento e a lentidão da máquina pública, também são apontadas como entraves para a operacionalização do PNAE em alguns municípios.

Em relação às questões estruturais, é apontado como dificultador a inadequação das cozinhas das escolas, que não possuem equipamentos para o processamento dos alimentos e local para o armazenamento dos produtos.

Há também *déficit* de profissionais como nutricionistas e merendeiras, o que dificulta a formulação do cardápio e o preparo das refeições. É apontada a necessidade de uma maior integração entre os nutricionistas e a assistência técnica para adequação da produção ao cardápio, para que não ocorra a demanda de produtos que não são produzidos no município ou região. Ocorre também falta de técnicos para o acompanhamento aos agricultores cadastrados de forma efetiva e contínua.

As merendeiras estão acostumadas com produtos semi-processados e o número destas profissionais é insuficiente para atendimento as escolas, necessitando de adequação da produção e do cardápio a esta situação.

Mais uma vez é apontada a necessidade de se implantar uma central de recebimento e distribuição, pois as escolas possuem número diferenciado de alunos, sendo este o fator que determina o volume de produtos de cada local de entrega, onde para algumas localidades a quantia a ser entregue é tão pequena, que inviabiliza o fornecimento pelos agricultores familiares ou suas organizações.

A burocracia existente para a implantação do programa, aliada ao curto espaço de tempo para a elaboração das propostas, também dificultam as aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar para fornecimento às escolas, sobretudo de produtos como a carne, onde é necessário a adequação dos locais de abate à legislação sanitária. Por outro lado estas exigências contribuíram para a reorganização do Serviço de Inspeção Municipal de algumas localidades.

Dentre as dificuldades apontadas entre os fornecedores, o preço praticado sempre é apresentado como um limitador, onde para determinados produtos estes estão abaixo dos praticados pela Central de Abastecimento do Paraná (CEASA/PR) no mesmo período, contribuindo para que haja desinteresse de alguns agricultores.

Para produtos onde é necessário registro ou certificação, o custo para a legalização é elevado e, por vezes, não compensando a adequação da unidade produtiva apenas para atender o programa, visto o limite máximo que cada beneficiário pode acessar por ano.

Por outro lado é observado também que muitos agricultores não possuem tradição na produção de frutas e hortaliças, onde há carência de informações quanto ao planejamento da produção e adaptação da unidade produtiva para o fornecimento as escolas e também para o mercado. Há baixa organização dos produtores para atender, não só em volume, mas também em variedade de produtos, os cardápios elaborados pelas nutricionistas, sobretudo para municípios grandes.

Os agricultores, por vezes, apresentam receio quanto ao compromisso formal de entrega a partir de um contrato firmado entre as partes. Há a necessidade de esclarecimento que os produtos a serem fornecidos são destinados a alimentação escolar, onde aspectos como qualidade, volume e prazos de entrega devem ser observados. Produtores mais profissionalizados optam por atender outros mercados.

A distância e o volume a ser entregue em determinadas escolas, também é apontada por este grupo como dificultador da implantação da política pública. Uma das características deste mercado institucional é o não fornecimento no período de férias escolares, onde necessita de planejamento da produção para que não ocorra produção sem demanda, respeitando a sazonalidade de cada produto.

Em alguns municípios há dificuldade na formação de grupo de agricultores fornecedores, principalmente para aqueles onde a chamada pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar é superior a cem mil reais, onde é exigida a DAP Jurídica.

Nas localidades onde existem organizações aptas a participação, estas ainda não estão estruturadas para atender a demanda, pois falta articulação entre as mesmas para formação de uma rede que possa atender os editais. Há desconhecimento da oferta e demanda da produção municipal e regional.

Outra dificuldade apontada pelas cooperativas de agricultores familiares é a necessidade de apresentação de nota fiscal eletrônica, onde nem sempre as organizações possuem informações sobre o procedimento para a correta emissão do documento fiscal.

Referente aos pontos positivos do programa de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destaca-se a autonomia para a aquisição de produtos locais, com conseqüente valorização da produção municipal.

Com a implantação do programa houve diminuição dos custos para aquisição dos produtos para alimentação e proporcionou também o aumento das alternativas de comercialização e inserção destes agricultores no mercado. Segundo o levantamento, há maior circulação de recursos monetários nos municípios.

Aos agricultores familiares o programa possibilitou diversas melhorias, como uma nova alternativa de mercado e aumento da renda familiar, oportunizando a participação das mulheres e jovens. Promoveu também a diversificação da propriedade, por meio da demanda por produtos transformados, comercialização garantida e remuneração direta ao produtor.

Nas propriedades agrícolas, de acordo com o levantamento, houve melhoria dos processos agropecuários com a adoção de boas práticas na produção, incentivando à produção de qualidade, diminuindo também a perda de alimentos.

O PNAE possibilitou a criação de maior vínculo social do agricultor com as entidades consumidoras, onde estes se sentem orgulhosos por fornecer produtos que serão consumidos nas escolas, contribuindo para uma alimentação mais saudável e melhoria da qualidade de vida dos alunos. O programa proporciona a valorização e empoderamento dos agricultores familiares.

O fornecimento às escolas divulga os produtos da agricultura familiar, com conseqüente ampliação do mercado consumidor, estimulando a organização desta categoria para a participação em outros tipos de mercado, como a venda direta aos consumidores.

Nos municípios onde a política pública está sendo implantada com êxito, observa-se que há bom entrosamento entre Secretarias Municipais da Educação, Agricultura, EMATER, Sindicatos e Agricultores Familiares, bem como a participação ativa das nutricionistas e merendeiras.

A existência de centrais de recebimento e separação das quantidades por escola, facilita a operacionalização do programa, em algumas localidades há apoio do poder público municipal na logística de distribuição dos alimentos.

O programa possibilitou contato direto entre produtores, prefeitura e entidades, de uma maneira geral há pontualidade nos pagamentos e as escolas estão satisfeitas com os produtos fornecidos.

Referente às escolas, o levantamento aponta que houve melhoria da qualidade dos produtos destinados a alimentação escolar, proporcionando melhoria nutricional e dos hábitos

alimentares dos alunos. Esta melhoria decorre do maior consumo de produtos frescos e de melhor qualidade como frutas, legumes e verduras.

Houve também melhor controle da qualidade da alimentação por se tratar de produtos com origem conhecida. O levantamento aponta para ganhos no rendimento escolar e diminuição de número de faltas dos alunos.

5.4 Organizações de agricultores familiares e o acesso aos mercados institucionais

Dos agricultores familiares entrevistados, 28% participam do PNAE por meio de uma cooperativa, destes 80% declaram que se associaram para poder ter acesso aos mercados institucionais.

No caso do PAA, a participação se dá na forma de grupo informal, ou seja, cada agricultor fica responsável pela entrega de seu produto e é utilizado como documento fiscal a nota do produtor rural.

A seguir serão apresentadas três experiências que ocorrem na região centro ocidental paranaense de acesso aos mercados institucionais por meio de organizações de agricultores familiares que possuem DAP jurídica. Estas experiências contribuem para o entendimento de como são conduzidas as políticas de aquisição de alimentos quando implementadas por cooperativas de agricultores familiares.

5.4.1 Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Cantu

A Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Cantu (COAVRCAN) foi fundada em nove de agosto de 2009, trata-se portanto de uma cooperativa muito nova, porém fruto de um longo processo de união de agricultores dos municípios de Altamira do Paraná, Iretama, Nova Cantu e Roncador, que, por pertencerem ao Território Paraná Centro, apresentavam as mesmas necessidades e demandas.

Na época da fundação o município de Mato Rico também fazia parte da área de abrangência da cooperativa, atualmente não há agricultores deste município que sejam sócios da COAVRCAN. No ano de 2011 foram associados agricultores de Campina da Lagoa e atualmente conta com 125 sócios ativos. Do total de pessoas associadas à cooperativa, 87% são agricultores familiares.

Inicialmente os grupos de agricultores eram organizados em associações em seus respectivos municípios e tinham o desejo de formar uma cooperativa de agricultores familiares para poder realizar em conjunto o que individualmente não tinham capacidade.

Porém, somente em 2009 foi constituída a cooperativa, o que ocorreu devido exigência para possibilitar o acesso a recursos a fundo perdido para implantação de projetos econômicos aos agricultores associados. Durante esta etapa de fundação da cooperativa foram realizadas reuniões entre os interessados coordenados pelo Instituto EMATER.

Foram elaborados projetos para implantação de uma fábrica de maravalha¹³ e um viveiro de mudas de espécies frutíferas para fornecimento aos agricultores. O município escolhido para a implantação destas atividades foi Iretama, pois a prefeitura local aceitou arcar com a contrapartida financeira exigida pelo MDA.

O projeto inicial para a implantação da fábrica de maravalha era de R\$500.000,00, porém, foi necessário que a Prefeitura de Iretama aportasse mais cento e cinquenta mil reais para conclusão da obra, além dos 3% de contrapartida. O projeto para implantação do viveiro de espécies frutíferas foi de R\$640.000,00. Neste caso, a prefeitura de Iretama também apoiou com 3% de contrapartida. A fábrica de maravalha está concluída e entrará em operação no mês de março de 2012.

Estes empreendimentos atenderão não só os sócios da COAVRCAN como também outros agricultores que pertencem a municípios do Território Paraná Centro, o que está levando a inclusão de novos sócios à cooperativa.

A COAVRCAN teve conhecimento do PNAE através da coordenação do Território Paraná e Instituto EMATER e começou a operar com o programa em 2011, por meio de atendimento a chamada pública da Secretaria Estadual de Educação, o objetivo era o de atender a demanda das escolas da rede estadual de ensino, uma vez que as escolas municipais eram atendidas por grupos informais de agricultores familiares.

Foram organizados os agricultores sócios da cooperativa de tal forma que cada grupo de produtores atendesse as escolas estaduais de seu município, assim reduzir-se-ia os custos de transporte e viabilizava as entregas em cada escola. Os agricultores já possuíam certa experiência com os mercados institucionais, pois muitos deles participavam do PAA em seus municípios.

¹³ Maravalha: apara de madeira utilizada como substrato em galpões destinados a criação de frangos, a sua utilização busca evitar o contato direto da ave com o piso, promover a absorção da água, incorporar fezes e penas e contribuir para a redução das oscilações de temperatura no galpão.

O Estado realizava o pagamento mediante apresentação da nota fiscal da cooperativa e esta fazia o repasse dos valores correspondentes a cada agricultor fornecedor beneficiário. Este mecanismo só foi possível devido ao apoio das secretarias municipais de agricultura e dos escritórios locais do Instituto EMATER. É claro que durante a implantação do projeto houve problemas, porém nenhum que inviabilizasse a operacionalização do programa.

A cooperativa ainda não está consolidada, necessita de apoio de órgãos governamentais, em especial da Prefeitura de Iretama que por meio de convênios repassa ajuda de custo para pagamento de funcionários, serviço de contabilidade e aluguel de uma sala comercial onde funciona um centro de comercialização de produtos de agricultores familiares sócios da COAVRCAN.

Para a implantação do projeto de fruticultura, a prefeitura cedeu um engenheiro agrônomo que destinará 20 horas semanais para assistência técnica a sócios e não sócios da cooperativa. A prefeitura de Iretama também repassou, por meio de convênio, a cooperativa, 01 veículo e 01 trator que serão utilizados para operacionalização da fábrica de maravalha.

Em 2011, a COAVRCAN comercializou, por meio do PNAE, R\$ 58.000,00 em gêneros alimentícios, o que representou aproximadamente 40% do faturamento total da cooperativa, os outros 60% são oriundos, em grande parte do centro de comercialização. Alguns sócios participam do mercado local e regional por meio da cooperativa, utilizando-se da razão social e código de barras da mesma.

A constituição da cooperativa permitiu o acesso a recursos governamentais além de possibilitar o atendimento a demanda da rede estadual de ensino em relação a gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, sendo estas as duas principais vantagens da constituição da cooperativa. A possibilidade de comercialização em conjunto também foi apresentada como um fator importante da criação da cooperativa. Porém o desconhecimento das questões legais, tributárias e fiscais é o principal fator apontado como ponto negativo.

Em relação aos mercados institucionais, há o sentimento de que eles são importantes para a estruturação da cooperativa e que possibilitam aos sócios a melhoria da renda. Até o momento, os valores repassados são suficientes, visto que nenhum deles atingiu o limite de R\$9.000,00 por DAP. Para o ano de 2012, a cooperativa assinou contrato de fornecimento de gêneros alimentícios às escolas da rede estadual de ensino dos municípios de Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Iretama, Nova Cantu e Roncador no valor de R\$218.700,00, este montante é 3,7 vezes superior ao aplicado em 2011.

Há reclamações referentes aos preços praticados para alguns produtos e a demora nos pagamentos por parte do Estado, por vezes devido morosidade no trâmite dos romaneios de entrega dos produtos.

Para a cooperativa seria interessante que os preços fossem regionalizados a fim de reduzir discrepâncias que podem ocorrer devido serem utilizados preços médios para o Estado. Outra sugestão apresentada foi a de estipular preços diferenciados para produtos originários da agroindústria familiar, assim como ocorre para os produtos orgânicos.

A regularização de agroindústria por meio de um serviço de inspeção regional possibilitaria a comercialização de produtos de origem animal em outros municípios.

Atualmente a cooperativa não conta com uma assessoria continuada, pois os membros participam apenas de cursos pontuais ofertados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e Instituto EMATER.

5.4.2 Cooperativa de Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão

A Cooperativa de Agroempreendedores de Engenheiro Beltrão (AGROBELTRÃO) foi fundada em dezessete de novembro de 2009, trata-se também de uma cooperativa jovem, possui 28 sócios, sendo 27 de Engenheiro Beltrão e um do município vizinho de Quinta do Sol. Os agricultores familiares representam 74% do quadro social.

A sua criação foi fomentada pelo poder público municipal e, para tanto foram realizadas reuniões de sensibilização e organização dos interessados. O objetivo inicial era o de, por meio da cooperativa, acessar recursos governamentais e também possibilitar a participação em feiras e nos mercados institucionais.

A maioria dos sócios não possuía experiência associativa anterior à fundação da cooperativa, com exceção de alguns agricultores que eram sócios de uma associação com sede em Maringá. Esta entidade possibilitava a entrada de produtos da agroindústria no mercado devido o fornecimento de código de barras.

Para a constituição da cooperativa os sócios tiveram o apoio e orientação do SEBRAE, que presta atualmente assessoria à cooperativa na área do empreendedorismo e organiza a participação em feiras regionais.

Até o momento a cooperativa não apresentou projetos que possibilitassem o acesso à recursos governamentais para infraestrutura ou fomento à empreendimentos econômicos. Recebe apenas apoio da Prefeitura para o seu custeio. O poder público municipal realiza o

pagamento de um funcionário e aluguel de um ponto comercial onde funciona um centro de comercialização denominada Empório Agrobeltão.

A cooperativa participa do PNAE desde março de 2011, teve acesso às informações do programa por meio da EMATER, sendo que a implantação do programa deu-se a partir do conhecimento do edital de chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Assim como a COAVRCAN, também não participa do PNAE operado pela prefeitura e destinado a rede municipal de ensino. Em 2011 o valor comercializado junto a SEED foi de R\$46.143,27. Nenhum agricultor alcançou o limite máximo por DAP devido a população escolar ser pequena e o alto custo da logística para participação em outros municípios.

O recurso oriundo da venda para a alimentação escolar representa aproximadamente 65% do faturamento total da cooperativa, demonstrando a alta dependência ao programa. Para o ano de 2012 foi assinado contrato para fornecimento de gêneros alimentícios para a rede estadual de ensino no valor de R\$59.000,00.

Dentre os pontos positivos do programa apontados, destaca-se a venda direta dos produtos a um mercado garantido, que possibilita uma alternativa de renda aos agricultores, já em relação aos aspectos negativos há muita reclamação aos preços praticados e a demora no pagamento. Outro entrave apresentado pelos sócios são os custos dos impostos e taxas que são descontados pela cooperativa.

A cooperativa ainda não está consolidada, necessita ainda de apoio de órgãos governamentais, sobretudo financeiro para sua manutenção, alguns sócios que se encontram em uma situação mais estruturada, comercializam seus produtos diretamente nos mercados, utilizam-se dos serviços da cooperativa apenas para acesso aos mercados institucionais.

5.4.3 Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Corumbataí do Sul e Região

A Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul e Região (COAPROCOR) foi fundada em vinte e nove de julho de 2009, possui atualmente 434 sócios ativos distribuídos em 16 municípios. Os agricultores familiares representam 79% do número de sócios.

Apesar de ter pouco mais de dois anos de existência, os agricultores possuem uma longa caminhada associativa. Em 1992 deu-se o início da organização do grupo, porém, apenas em 1997 é que começou a se estruturar através da venda em grupo da produção de café de seus associados. Neste período, a associação foi reestruturada e passou a se chamar

Associação de Produtores da Região de Corumbataí do Sul (APROCOR), esta organização não foi extinta e continua com uma forte representação junto aos seus associados.

Nos anos de 1.999 e 2.000 ocorreram dois eventos climáticos, chuva de granizo e geada, respectivamente, que prejudicaram as lavouras de café, fazendo com que os agricultores buscassem novas alternativas de renda para a sua manutenção. A cultura do maracujá foi a escolhida e 10 agricultores iniciaram o plantio e destes sete realizaram a primeira comercialização em conjunto. O empreendimento desta alternativa de renda possibilitou a reagregação do grupo, pois, para atuar no mercado necessitavam de uma escala de produção suficiente para atender a demanda.

Atualmente, mais de trezentos agricultores cultivam o maracujá e comercializam por meio da cooperativa. A comercialização é realizada por diversos canais como a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), as Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA/PR), redes de supermercado, indústria de polpas, empresa de cosméticos e também com os mercados institucionais.

Além do maracujá para mesa e indústria são também comercializados outros produtos como o café, a uva, os citros, o caqui, a batata-doce, o tomate, o pimentão, a abóbora, o figo, o feijão, o pepino e o urucum. Possui também um projeto para venda da semente do maracujá e folhas de aroeira-pimenteira para uma grande empresa de cosméticos. Apesar da grande gama de produtos comercializados, dois se destacam com 86% do faturamento, sendo eles o maracujá, com 48% e o café, representando 38%.

Este aumento no número e quantidade de produtos, aliado ao aumento no número de sócios e da produção, começou a criar dificuldades para a prestação de serviços de comercialização na forma de associação. No final do ano de 2.008 os representantes da APROCOR foram convidados a participar de um evento promovido pelo Instituto EMATER no município de Ibaíti. Na ocasião foi apresentada uma proposta de capacitação de dirigentes, gestores e técnicos de organizações da agricultura familiar. A APROCOR aderiu à proposta e já na segunda etapa do treinamento, realizada em Araçongas, já tinha sido dado os primeiros passos para a constituição da COAPROCOR.

A decisão de se formar a cooperativa também foi tomada devido a necessidade de se atender melhor os sócios de outros municípios, por meio da regularização de filiais. Para a parceria com a empresa de cosméticos também era necessário que se constituísse a cooperativa, pois só assim poderiam comercializar a semente de maracujá. A demanda por insumos específicos para a fruticultura também foi um fator que contribuiu para a criação da cooperativa, desta forma começaram adquirir estes produtos de forma conjunta com maior

poder de barganha. A possibilidade de participação nos mercados institucionais também foi citado como fator que contribuiu para a constituição da COAPROCOR.

O processo de formação da cooperativa se iniciou aproximadamente dois anos antes de sua fundação, por meio de treinamentos promovidos pelo Instituto EMATER, outras instituições como a Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão, SENAR, também colaboram com treinamentos ou assessoria para a fundação da cooperativa.

Atualmente a COAPROCOR esta vinculada a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), de onde receberá do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Paraná (SESCOOP-PR), assessoria para implantação de um sistema de gestão.

A cooperativa recebeu diversos apoios financeiros, destacando-se dentre eles terrenos para implantação da indústria de polpa de frutas e para implantação de entrepostos em outros dois municípios da área de ação.

Também tiveram acesso a recursos não retornáveis para aquisição de um caminhão, no valor de R\$ 120.000,00, e para construção do barracão e aquisição de equipamentos da indústria de polpa de frutas no valor de R\$510.000,00.

Outro projeto foi apresentado junto ao Banco do Brasil por meio do programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), onde serão aplicados na cooperativa aproximadamente 2,8 milhões de reais, os recursos são oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e somente dez por cento do total é retornável. Os recursos serão utilizados para a melhoria da infraestrutura da cooperativa.

Para a sua manutenção a COAPROCOR conta ainda com um convênio junto ao poder público municipal no valor de R\$24.000,00.

Outro apoio recebido pela associação e pela cooperativa foi do Programa Universidade Sem Fronteiras, programa este elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. No período de dois anos passaram pela instituição 16 profissionais recém-formados e estudantes universitários de diversas áreas do conhecimento como: agronomia, veterinária, tecnologia de alimentos, tecnologia ambiental, contabilidade, economia, geografia e produção agroindustrial. As instituições de ensino participantes do Programa Universidade Sem Fronteiras foram a Universidade Estadual do Paraná (Campus Campo Mourão) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Campus Campo Mourão).

A cooperativa participa também de alguns mercados solidários, um deles é o Comércio Justo, por meio deste comercio internacional, foram exportadas 320 sacas de café, onde a cooperativa recebeu um prêmio de quarenta e três reais por saca comercializada.

Como citado anteriormente, a cooperativa recebe também, de uma grande empresa de cosméticos, além dos valores devido ao fornecimento da matéria prima, valores financeiros a título de repartição de benefícios. Em 04 anos foram destinados a COAPROCOR aproximadamente R\$143.000,00.

Dentre as vantagens de se atuar na forma de uma cooperativa foram citadas a legalização da comercialização, a regularização fiscal, a abertura de filiais, a possibilidade de comercialização de produtos diferenciados, a industrialização da produção e o acesso aos mercados institucionais.

Referente às dificuldades, foram citadas a complexidade da gestão e contabilidade, os impostos a serem recolhidos, a dificuldade de acesso ao crédito por ser uma cooperativa pequena quando comparada às cooperativas tradicionais do Paraná. A pouca participação dos sócios no dia a dia da cooperativa também foi citado pelos entrevistados.

A cooperativa teve acesso às informações sobre os mercados institucionais por meio de um treinamento realizado pelo Instituto EMATER, onde na ocasião foram apresentados experiências de outras organizações de agricultores familiares que já tinham acessado os programas.

A COAPROCOR participou do PAA pela primeira vez em 2011, o valor total do projeto foi de R\$202.411,00. O contrato foi realizado diretamente com a CONAB na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, as entidades socioassistenciais que recebem os produtos são as pertencentes à rede formada pelo Serviço Social do Comércio (SESC), por meio do programa Mesa Brasil¹⁴.

O PNAE será implantado pela primeira vez no ano de 2012, foi assinado contrato com a SEED no valor aproximado de R\$678.000,00, o produto a ser fornecido será a polpa de maracujá.

Para a implantação dos programas foi realizado uma assembleia, onde decidiu-se pela participação. Para a comercialização pelo PAA foi definido que os produtos a serem entregues seriam aqueles que apresentavam maior dificuldade de comercialização nos mercados abertos.

¹⁴ Mesa Brasil SESC é uma rede nacional de bancos de alimentos contra a fome e o desperdício. Seu objetivo é contribuir para a promoção da cidadania e a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de pobreza, em uma perspectiva de inclusão social.

No caso do PNAE foi definido pelo fornecimento de somente um tipo de produto, que será a polpa de maracujá. Esta decisão foi tomada levando em consideração o custo de logística de entrega, visto que serão atendidas, de acordo com o resumo da proposta de venda, 336 escolas da rede estadual de ensino de 50 municípios. Com a comercialização do maracujá na forma de polpa de fruta ao PNAE, o faturamento da cooperativa será quase quatro vezes superior se fosse vendido à mesma proporção de produtos *in natura* para terceiros.

Os preços são considerados bons, porém o valor dos projetos não é suficiente para que os agricultores familiares atinjam o limite máximo de cada política pública. Em 2011 o valor comercializado no mercado institucional representou 5% do faturamento da cooperativa, porém a expectativa é que este percentual se eleve e que atinja pelo menos vinte por cento do faturamento da COAPROCOR, que em 2011 foi de aproximadamente quatro milhões de reais.

Dentre as vantagens de operar com os mercados institucionais foi destacado a estabilidade dos preços e atendimento a um cliente diferenciado. Outro ponto positivo apresentado pelos entrevistados foi a mudança do hábito alimentar. No entanto, a grande dificuldade por sua vez é a logística e distribuição.

Na opinião dos entrevistados o programa é importante e deve continuar, Para a sua melhoria foi sugerido a criação de centros de recepção em municípios maiores, o aumento do valor liberado por beneficiário, a redução dos prazos para aprovação das propostas e a realização de um maior número de chamadas públicas por ano.

6. Conclusões

O PAA apresentou no período estudado de 2005 a 2010, um aumento exponencial em relação ao número de pessoas beneficiadas, tanto de fornecedores como também de consumidores, se consolidando como uma das principais políticas públicas de comercialização da agricultura familiar na região centro-ocidental paranaense, onde todos os municípios que a compõem tiveram acesso ao programa. A principal modalidade operada é o Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, sendo a SETS o órgão responsável pela sua operacionalização em nível regional, portanto a forma associativa utilizada para esta modalidade são os grupos informais de agricultores familiares. Há somente um projeto do PAA operacionalizado via CONAB. Neste caso a forma organizativa utilizada foi a cooperativa devido exigência do órgão gestor.

O PNAE tende a se tornar o principal mercado institucional destinado a agricultura familiar, visto se tratar de uma lei que determina, que dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, no mínimo 30% sejam adquiridos de agricultores familiares ou de suas organizações. No ano de 2011 todas as prefeituras municipais da região apresentaram chamadas públicas para a operacionalização do programa. A exceção do município de Campo Mourão, onde o valor mínimo para a aquisição dos produtos da agricultura familiar é superior a R\$100.000,00, exigindo, portanto, a comercialização via organização de agricultores familiares constituída legalmente e com DAP jurídica. Os demais municípios o fizeram por meio de grupos informais de agricultores.

No caso das chamadas públicas do Estado, realizadas por meio da SEED, e pelo mesmo motivo do município de Campo Mourão, a operacionalização se deu com cooperativas da agricultura familiar nos municípios de Altamira do Paraná, Engenheiro Beltrão, Campina da Lagoa, Iretama, Nova Cantu e Roncador.

Para o ano de 2012 foram assinados contratos de fornecimento pelo PNAE, onde serão beneficiadas escolas da rede estadual de ensino de 20 municípios da região, com a participação de 03 cooperativas de agricultores familiares, porém a variedade de produtos ainda é pequena, sendo o principal motivo a falta de organizações de agricultores familiares que possuam, além da DAP jurídica, produção e organização suficiente para este atendimento. De acordo com o estudo, este é um dos pontos a serem superados, pois as organizações dos agricultores familiares ainda não são autossuficientes, apresentando dificuldades em relação as áreas contábil, fiscal e de gestão.

Com base no resultado da pesquisa realizada nos cinco municípios objeto de estudo, percebe-se que na percepção dos beneficiários fornecedores a implementação destes mercados institucionais contribui para a permanência dos agricultores familiares no meio rural, visto garantir a comercialização de seus produtos e também por promover a melhoria da renda, com consequente equilíbrio financeiro do estabelecimento rural. Por outro lado a principal reclamação destes é em relação aos preços praticados, a logística de entrega dos produtos e a demora na liberação dos recursos. Porém, mesmo considerando os preços baixos, a maioria avalia que estes cobrem os custos de produção.

Na visão dos beneficiários consumidores, entidades socioassistenciais e escolas, o PAA e o PNAE contribuiu para a melhoria da alimentação, sendo esta mais saudável e nutritiva.

Os gestores destas políticas nos municípios estudados e na região também consideram como principal ponto positivo da implementação dos programas, a melhoria da qualidade da alimentação oferecida nas escolas públicas e entidades socioassistenciais, além da adequação dos hábitos alimentares por meio de um cardápio com maior variedade de produtos. Observa-se que os melhores resultados dos programas ocorrem onde há um bom entrosamento entre os envolvidos, a exemplo do que ocorre no município de Terra Boa, e também de estruturas que auxiliem no processo de distribuição dos produtos, quer seja por meio de centrais de recebimento ou o apoio do poder público municipal na logística de distribuição dos alimentos.

De uma maneira geral, há certa similaridade entre o resultado apurado na pesquisa de campo realizada nos cinco municípios objeto de estudo e o do levantamento realizado pelo Instituto EMATER em 174 municípios do Estado, demonstrando que as dificuldades podem ser recorrentes, onde ajustes nas políticas públicas terão resultados positivos abrangentes.

Em relação às formas organizativas de agricultores familiares que participam destes mercados institucionais, foi possível identificar três modelos diferenciados de nível de organização e de atuação junto aos programas.

O primeiro modelo é o desenvolvido pela cooperativa AGROBELTRÃO, neste caso a atuação é local, ou seja, trata-se de uma organização com atuação somente em nível municipal, onde a comercialização com os programas representa grande parte do faturamento da cooperativa, ficando muito dependente dos recursos das políticas para a sua manutenção. Há a necessidade de a cooperativa aumentar sua área de ação, buscando novos sócios, não só no município de Engenheiro Beltrão, mas também nos municípios vizinhos, desta forma poderia aumentar o volume comercializado com o PNAE operado pela SEED, a exemplo da

COAVRCAN. Há também a necessidade de apresentar propostas de venda para o atendimento às escolas da rede municipal de ensino.

O segundo modelo é o apresentado pela COAVRCAN, neste modelo a cooperativa atua em mais de um município, onde os grupos de agricultores de cada município se responsabilizam por atender os beneficiários de suas respectivas localidades, há a necessidade de agentes mediadores do Estado e prefeituras, que promovam a articulação entre os diferentes atores envolvidos com a política. Assim como a AGROBELTRÃO, esta cooperativa deveria também apresentar propostas de fornecimento às escolas municipais, objetivando o aumento do volume comercializado.

O terceiro modelo é o desenvolvido pela COAPROCOR, trata-se de uma cooperativa de agricultores familiares que surgiu de um longo processo de trabalho em grupo e as relações de confiança entre os sócios estão consolidadas. Nesta modalidade a cooperativa percebe o mercado institucional como uma oportunidade de negócio e uma forma de se estruturar e ampliar os canais de comercialização.

As cooperativas COAVRCAN e COAPROCOR tiveram acesso a outras políticas públicas que promoveram a melhoria da infraestrutura de atividades econômicas, sendo assim o seu faturamento não é tão dependente dos mercados institucionais quando comparadas com a AGROBELTRÃO.

No caso específico da COAPROCOR, esta participa de um processo de formação de dirigentes, gestores e técnicos, desenvolvido pelo Instituto EMATER, por meio do Projeto de Fortalecimento das Organizações da Agricultura Familiar, que contribuiu para uma atuação mais profissional e competitiva, além do apoio fundamental de profissionais de diversas áreas do conhecimento, que atuaram na cooperativa por meio do Programa Universidade Sem Fronteira.

O estudo destas três modalidades de atuação nos mercados institucionais, por meio de cooperativas da agricultura familiar, contribuiu para a percepção de que, apesar das dificuldades, elas são a melhor forma de acesso as políticas de aquisição de alimentos. Além de possibilitar o acesso a este mercado, promove a união dos agricultores em torno de um objetivo comum, reduz a burocracia na operacionalização dos programas e permite o acesso a outros mercados.

Dos municípios estudados, apenas dois, Engenheiro Beltrão e Roncador, participam dos mercados institucionais por meio de cooperativas de agricultores familiares. Torna-se necessário que os grupos informais existentes nos municípios de Araruna, Moreira Sales e Terra Boa se articulem para a formação de uma cooperativa de agricultores familiares ou se

associem a uma já existente, esta última possibilidade é mais vantajosa, pois contribuiu para a redução de custos de implantação e de manutenção destas organizações.

Em relação a aquisição de alimentos das organizações de agricultores familiares, há a necessidade de se criar mecanismos nas políticas objeto de estudo, que garantam que a produção adquirida seja oriunda dos agricultores familiares associados a estas, visto que é permitido um percentual de até 30% de sócios de outras categorias de público para a emissão da DAP jurídica.

As Políticas Públicas de Aquisição de Alimentos contribuem para o desenvolvimento dos agricultores, suas organizações, entidades beneficiárias e comunidade. Aos agricultores promove o aumento da renda, garantia da comercialização e equilíbrio financeiro das unidades produtivas. Às cooperativas de agricultores familiares possibilita a sua estruturação, aumento do faturamento e novos canais de comercialização. Às entidades beneficiárias contribui com uma alimentação mais saudável aos seus beneficiários consumidores e redução do custo com a aquisição de produtos. Para a comunidade local promove maior circulação financeira e conseqüente geração de renda.

Porém, para que ocorra o aperfeiçoamento dos programas e melhoria dos resultados para os envolvidos, alguns pontos devem ser aprimorados. O primeiro deles é a promoção de uma assistência técnica mais efetiva junto aos agricultores familiares e suas organizações, quer seja do Estado, município ou de outras organizações. Neste mesmo sentido, há também carência de profissionais como nutricionistas e merendeiras. Outro gargalo é a falta de infraestrutura dos pequenos municípios, sobretudo para a legalização da comercialização de produtos de origem animal.

Para que se possa aumentar o número de agricultores e de produtos a serem fornecidos às escolas e entidades. Além de reduzir os custos com a logística, se faz necessário uma articulação entre as organizações de agricultores familiares, de forma que se constituam redes de comercialização, onde por meio do ato cooperativo, estas organizações, em conjunto, possam atender a demanda de alimentos e superar as suas dificuldades.

Da mesma forma que Araruna, Moreira Sales e Terra Boa, para os municípios que não possuem formas organizativas legalizadas para a comercialização, se faz necessário um trabalho de organização dos grupos informais que já participam dos programas, objetivando que estes constituam cooperativas, ou se associem naquelas já existentes. Desde que tenham os mesmos interesses, pode-se utilizar como referência os exemplos das cooperativas supracitadas.

Neste sentido, se faz necessário a institucionalização de uma política de formação, capacitação e assessoria contínua destes grupos, com o objetivo de torná-los capazes de acessar não só os mercados institucionais, mas também os mercados abertos. A exemplo da COAPROCOR que, conforme apresentado no referencial, atua buscando a hibridação de economias e de construção conjunta de oferta e demanda, combinando na sua gestão recursos de natureza mercantil, não mercantil e não monetário. O primeiro sendo caracterizado pela venda da produção de seus sócios (maracujá, café e outros). O segundo sendo caracterizado por subvenções e financiamentos às atividades econômicas de origem pública e privada e o terceiro caracterizado pela participação voluntária de seus membros, a exemplo do que ocorre por ocasião da entrega da produção, onde a classificação, embalagem e carregamento são realizados por meio de mutirão, ou seja, com a doação do tempo dos sócios da cooperativa.

A implementação dos programas PAA e PNAE, além de contribuir com o aumento da oferta de alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar, contribui também para o desenvolvimento de formas associativas, mais solidárias e participativas. A base de referência são os princípios, valores e características intrínsecas das cooperativas, sobretudo daquelas constituídas de agricultores familiares que possuam uma identidade própria e uma história de vida. Porém, para atingirmos o intento, deve-se buscar a profissionalização dos procedimentos de gestão destas organizações, reforçando mais uma vez a necessidade de intervenção do Estado através da elaboração e implantação de Políticas Públicas como as de Formação de Dirigentes e Gestores de Organizações da Agricultura Familiar e também de assessoria contínua por meio de agentes mediadores públicos e privados.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura Familiar e Uso do Solo**. São Paulo em Perspectiva, vol. 11, nº 2, p.73-78, 1997. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 20 Abr. 2011.

ANDRADE JÚNIOR, R.C. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): O caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COOARPA)**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp115368.pdf>>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

BARONI, S. A.; RISSARDO, J. R. B.; SINCERO SOBRINHO, G. **O cooperativismo e o modelo das possibilidades**. 2011. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Cooperativas da Agricultura Familiar), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

BRASIL. Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 Dez. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 01 Out. 2011.

_____. Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro e 2002. Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 Jan. 2002. Título II. Capítulo II, Art. 53. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 01 Out. 2011.

_____. Lei Nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 Jul. 2003. Art. 19. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 17 Nov. 2010.

_____. Lei Nº 11.326 de 24 de julho e 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 Jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 21 Out. 2010.

_____. Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 Jun. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 01 Out. 2011.

_____. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE n° 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 Jul. 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 21 Mar. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 22 Mar. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR>>. Acesso em: 01 Out. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, p.4, Jul. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/seguranca-alimentar-e-nutricional/ii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-1/sobre-o-evento/documentos>>. Acesso em: 25 Fev. 2012.

DELGADO, G.C. *et al.*. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Texto para Discussão nº 1145, p.20, 2005. Disponível em: <<http://www.cipedya.com/doc/101408>>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 11, p. 26-52, Out. 1998. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/grazia11.htm>>. Acesso em: 22 Fev. 2012.

_____. **O novo Rural: uma abordagem ilustrada** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002. vol. 1, cap. 1 p. 7-12. Disponível em: <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1034>>. Acesso em 27 Fev. 2012.

DEMETRIO, J. V.; ASAMI, K. O. **Crédito Rural na agricultura familiar: Uma análise do PRONAF Grupo C Investimento nos municípios paranaenses de Nova Cantu e Santa Helena.** Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Desenvolvimento Rural) - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Unidade de Pato Branco, 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. e SILVA JUNIOR, J. T. **Uma Dinâmica Associativa Emblemática no Nordeste Brasileiro – o caso do Banco Palmas,** in: Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, Parte I, cap. 6, p. 97 – 116.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária e Espaço Público,** in: Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, Parte VI, cap. 16, p. 223 – 235.

IASKIO, E.L.S. **O que é Economia Solidária.** In: Cooperativismo, Economia Solidária e Inclusão Social: Métodos e Abordagens. Curitiba: PROEC, 2007, p. 49 - 65.

_____. (2005). **Distribuição dos municípios segundo as dimensões do módulo fiscal.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/0276300507.pdf>>. Acesso em: 18 Jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 01 Out. 2011.

_____. **Histórico de Araruna - Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=410170>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

_____. **Histórico de Engenheiro Beltrão - Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=410750>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

_____. **Histórico de Moreira Sales - Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=411610>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

_____. **Histórico de Roncador - Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412250>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

_____. **Histórico de Terra Boa - Paraná.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=412720>>. Acesso em: 15 Abr. 2011.

INCRA/FAO. Projeto de Cooperação Técnica. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Brasília, Fev. 2000. Disponível em:
<http://www.deser.org.br/biblioteca_read.asp?id=3>. Acesso em: 25 Fev. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo – Curitiba : IPARDES, 2004. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/leituras_reg_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 07 Set.2011.

_____. **Perfil da Região Geográfica do Centro-ocidental Paranaense**. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=101&btOk=ok>. Acesso em: 16 Abr. 2011.

_____. **Perfil do Município de Araruna**. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87260&btOk=ok>. Acesso em: 07 Set. 2011.

_____. **Perfil do Município de Engenheiro Beltrao**. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87270&btOk=ok>. Acesso em: 07 Set. 2011.

_____. **Perfil do Município de Moreira Sales**. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87370&btOk=ok>. Acesso em: 07 Set. 2011.

_____. **Perfil do Município de Roncador**. Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87320&btOk=ok>. Acesso em: 07 Set. 2011.

_____. **Perfil do Município de Terra Boa** . Disponível em:
<http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=87240&btOk=ok>. Acesso em: 07 Set. 2011.

LAMARCHE, H. **A Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 13 – 33.

LAVILLE, J. L. *et al.*. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, Introdução, p. 11 – 17.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1816/codInterno/22598#>>. Acesso em: 21 Out. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Compra Direta Local da Agricultura Familiar - CDLAF - Manual de Orientação ao Proponente**, Nov. 2004. Disponível em: <http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

OLIVEIRA, M. A. **Matriz Regional-Econômica para o Estado do Paraná: nova regionalização e segmentos industriais representativos**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-01.pdf>>. Acesso em: 07 Set. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Sete linhas orientam o cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 21 Jun. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO PARANÁ. **As Cooperativas e o Desenvolvimento do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: 14 Jun. 2010.

PORTAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO. **Comércio Justo: Conceito e características**. Disponível em: <<http://www.facesdobrasil.org.br/caracteristicas.html>>. Acesso em: 22 Fev. 2012.

RAMOS, A. G. (1970). **A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade**. In Políticas Públicas e Desenvolvimento (2009), Brasília. Editora UNB; p. 41-79.

REIS, C. N.; NASCIMENTO, A. F. do. **Formas Alternativas de Economia Solidária: Desdobramento Histórico e Restrições Impostas pela Concorrência do Mercado**. Revista do Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social - OIDLES, vol 2, nº 4, Jun. 2008. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/04/rn.htm>>. Acesso em: 21 Out. 2010.

RICHARDSON, J. R. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1989, 2. ed., cap. 9, p. 142 – 159.

RODRIGUES, A. dos S. et al. **Caracterização e tipologia de sistemas de produção.** Enfoque sistêmico em P & D: A experiência metodológica do IAPAR. Londrina: 1997. p.35 - 54.

SANTOS, L. C. R. dos. **Reflexão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e Agricultura Familiar no Nordeste.** 2009. Disponível em:
<<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/ReflexaoPAA.pdf>>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

SEPULCRI, O.; TRENTO, E.J. **O mercado e a comercialização de produtos agrícolas.** Curitiba, Instituto EMATER, 2010.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **O Mesa Brasil SESC.** Disponível em:
<<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/omesabrasil.html>>. Acesso em: 18 Fev. 2012.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária.** In: Produzir para viver: os caminhos a produção não capitalista. (org.). Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002, p. 81 – 129.

SOUZA SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. **Introdução: para ampliar o cânone da produção.** In: _____, p. 23 – 77.

VEIGA, J. E. (1996). **Agricultura Familiar e Sustentabilidade.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996. Disponível em
<<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9009/5115>>. Acesso em: 01 Out. 2011.

VIEIRA, D. de F. A.; VIANA, C. A. dos S. **O Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e sua Relação com o Modo de Funcionamento da Agricultura Familiar.** Disponível em:
<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81.pdf>>. Acesso em: 09 Nov. 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Out. 2003, p. 42-61. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2011.

_____. **A Ruralidade no Brasil Moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: Una nueva ruralidad en América Latina, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2001. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2011.

Anexos:

Anexo 1: Entrevista com os fornecedores beneficiários - agricultores familiares

Nome: _____ Idade: _____

Telefone: (____) _____ Tamanho da propriedade: _____

Localização da propriedade (estrada, comunidade, município): _____

Endereço de residência: _____

1) Há quanto tempo está na atividade agropecuária?

- () menos de 5 anos; () de 5 a 10 anos; () de 10 a 15 anos;
 () de 15 a 20 anos; () de 20 a 25 anos; () de 25 a 30 anos;
 () mais de 30anos.

2) Quais são atualmente as atividades econômicas desenvolvidas na propriedade?

3) Algum membro da família trabalha fora da propriedade?

- () Sim () Não Se sim, qual atividade?
 () Agrícola () Não agrícola

Se **não agrícola**, em que modalidade?

- () Assalariado; () Diarista; () Comerciante;
 () Outro: _____

Por quê o membro da família trabalha fora da propriedade?

4) É beneficiário de outros programas além do PAA e/ou PNAE?

- () Sim () Não

Se sim qual?

- () Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF;
 () Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA;
 () Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF;
 () Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários;
 () Programa de Irrigação Noturna – PIN;
 () Programa Agroindústria Familiar "Fábrica do Agricultor";
 () Programa Leite das Crianças;
 () Outros: _____

5) Vende para o comércio local?

- () Sim () Não

Se sim, qual o tipo de comércio?

- () Feira Livre; () Feira do Produtor; () Porta em porta;
 () Supermercado e mercearias; () Restaurantes
 () Outros: _____

6) Como ficou sabendo dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE)?

- Outros agricultores; Emater; Sindicato;
 Secretaria de Ação Social (PAA); Secretaria de Educação (PNAE);
 Cooperativa e/ou Associação; Outro: _____

7) Há quanto tempo participa do programa (PAA e/ou PNAE)?

- 01 ano 02 anos 03 anos 04 anos 05 anos

8) Porque entrou no programa (PAA e/ou PNAE)?

- Vender o excedente da produção;
 Aproveitar os produtos da época;
 Utilizar mão-de-obra ociosa da propriedade;
 Utilizar áreas ociosas da propriedade;
 Diversificar a renda;
 Aproveitar recursos governamentais disponíveis;
 Outro: _____

9) Como participa do programa(PAA e/ou PNAE)?

- De forma individual;
 Através de uma cooperativa;
 Através de uma associação.

Se através de uma associação ou cooperativa...

9.1) Qual o motivo de ter se associado?

- Interesses comuns;
 Para beneficiar a produção;
 Vender e comprar em conjunto;
 Para legalizar a comercialização;
 Para acessar os programas de governo;
 Outro: _____

9.2) Há quantos tempo participa da associação ou cooperativa?

- 01 ano 02 anos 03 anos
 04 anos 05 anos mais de 05 anos

9.3) Quando se associou a associação ou cooperativa?

- Antes de ser beneficiado pelo PAA e/ou PNAE;
 Depois de ser beneficiado pelo PAA e/ou PNAE.

9.4) Qual o tempo de fundação da associação ou cooperativa?

- 01 ano 02 anos 03 anos 04 anos
 05 anos mais de 05 anos Não sabe ou não respondeu

9.5) Qual o número de sócios da associação ou cooperativa?

- Menos de 10 sócios de 10 a 20 sócios de 20 a 50 sócios
 de 50 a 100 sócios de 100 a 200 sócios de 200 a 500 sócios
 Mais de 500 sócios Não sabe ou não respondeu

10) Quais são os produtos fornecidos?

In natura:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Frutas | <input type="checkbox"/> Legumes | <input type="checkbox"/> Verduras |
| <input type="checkbox"/> Feijão | <input type="checkbox"/> Mandioca | <input type="checkbox"/> Amendoim com casca |
| <input type="checkbox"/> Cebola | <input type="checkbox"/> Alho | <input type="checkbox"/> Cheiro verde |
| <input type="checkbox"/> Milho verde | <input type="checkbox"/> Milho pipoca | <input type="checkbox"/> Ovos |
| <input type="checkbox"/> Batata doce | <input type="checkbox"/> Batata Inglesa | <input type="checkbox"/> Batata salsa |
| <input type="checkbox"/> Outros produtos <i>in natura</i> : _____ | | |

Produtos transformados:

- | | | |
|---|---|---|
| <input type="checkbox"/> Açúcar mascavo | <input type="checkbox"/> Mandioca Descascada | <input type="checkbox"/> Amendoim descascado |
| <input type="checkbox"/> Arroz beneficiado | <input type="checkbox"/> Leite pasteurizado | <input type="checkbox"/> Bebida Láctea |
| <input type="checkbox"/> Iogurte | <input type="checkbox"/> Manteiga | <input type="checkbox"/> Queijo |
| <input type="checkbox"/> Bolacha caseira | <input type="checkbox"/> Derivados do milho (fubá, quirera, canjica, farinha) | |
| <input type="checkbox"/> Carne bovina | <input type="checkbox"/> Carne suína | <input type="checkbox"/> Frango Caipira Abatido |
| <input type="checkbox"/> Filé de Peixe | <input type="checkbox"/> Cuca/Bolo | <input type="checkbox"/> Doces |
| <input type="checkbox"/> Macarrão Caseiro | <input type="checkbox"/> Farinha de mandioca | <input type="checkbox"/> Farinha de trigo |
| <input type="checkbox"/> Pão caseiro | <input type="checkbox"/> Mel | <input type="checkbox"/> Melado de Cana |
| <input type="checkbox"/> Rapadura | <input type="checkbox"/> Polpa de Frutas | <input type="checkbox"/> Sucos |
| <input type="checkbox"/> Temperos frescos/condimentos | <input type="checkbox"/> Vegetais em conserva | |
| <input type="checkbox"/> Outros produtos <i>transformados</i> : _____ | | |

11) O preço pago pelos produtos é suficiente para cobrir os custos de produção?

- Sim Não

Se sim qual a margem de lucro?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> até 10% a mais de margem; | <input type="checkbox"/> de 10 a 20% a mais de margem; |
| <input type="checkbox"/> de 20 a 50% a mais de margem; | <input type="checkbox"/> de 50% a 100% a mais de margem; |
| <input type="checkbox"/> acima de 100% a mais de margem; | <input type="checkbox"/> Não sabe ou não respondeu |

12) O valor total recebido por ano é suficiente para a melhoria na renda da propriedade?

- Sim Não

13) Realizou algum tipo de investimento na propriedade para participação nos programas PAA e/ou PNAE?

- Sim Não

Se sim, qual a origem dos recursos?

- Próprios
- Financiamento pela linha de crédito do _____
- Subsídio (União, Estado ou Município): _____

14) Houve aumento na **área de produção** para produção destinada aos programas PAA e/ou PNAE?

- Sim Não

Se sim, de quanto foi o aumento de área para produção destinada aos programas PAA e/ou PNAE?

15) Houve aumento no **número de produtos** fornecidos para produção destinada aos programas PAA e/ou PNAE?

Sim Não

Se sim, de quanto foi o aumento do número de produtos destinados aos programas PAA e/ou PNAE?

16) Existem outros agricultores que entregam o mesmo produto que o seu aos programas PAA e/ou PNAE ?

Sim Não

Se sim, como se dá a divisão da quantidade a ser entregue por cada participante?

17) Os produtos possuem algum tipo de controle?

Registro; Inspeção; Certificação;
 Embalagem; Rotulagem; Não há exigência para o produto;
 Não sabe ou não respondeu.

18) Recebe assistência técnica para participar dos programas PAA e/ou PNAE?

Sim Não

18.1) Se sim, de quem recebe assistência técnica?

Empresa de planejamento;
 Cooperativa – Qual? _____
 Prefeitura
 Emater
 Outro: _____

18.2) Qual a orientação técnica recebida?

Para a condução das culturas e explorações destinados dos programas PAA e/ou PNAE;
 para comercializar a produção em outros mercados;
 Para organização e planejamento da produção;
 Para a organização da cooperativa e/ou associação;
 Para o acesso aos programas PAA e/ou PNAE;
 Outra: _____

18.3) Em relação a assistência técnica para participar dos programas PAA e/ou PNAE, você se considera?

Totalmente satisfeito;
 Parcialmente satisfeito;
 Insatisfeito.

19) Na hipótese de interrupção dos programas PAA e/ou PNAE, haverá reflexos no sistema produtivo?

Sim Não

Se sim, qual o possível impacto?

- Comercializar a produção em outros mercados;
- Reduzir a produção destes produtos;
- Diminuição da renda;
- Mudar de atividade;
- Arrendar ou vender a propriedade;
- Outro impacto: _____
- Não sabe ou não respondeu.

20) Quais são os pontos positivos dos programas PAA e/ou PNAE ?

- Diversificação da propriedade;
- Melhoria da renda;
- Distribuição da renda durante o ano;
- Garantia de venda da produção;
- Garantia de preço;
- Possibilidade de acesso a outros mercados;
- Redução da dependência de intermediários;
- Assistência técnica;
- Melhor planejamento da propriedade;
- Melhoria do hábito alimentar da família;
- Outros pontos positivos: _____
- Não sabe ou não respondeu.

21) Quais são os pontos negativos dos programas PAA e/ou PNAE ?

- Preços baixos;
- Demora na liberação dos recursos;
- Valor baixo liberado por agricultor;
- Muito burocrático;
- Falta de infraestrutura para o recebimento da produção;
- Forma de entrega da produção (logística);
- Não há sintonia entre o calendário dos programas e a produção;
- Definição dos produtos a serem adquiridos;
- Assistência técnica;
- Outros pontos negativos: _____
- Não sabe ou não respondeu.

22) Em sua opinião os programas PAA e/ou PNAE devem continuar?

- Sim Não Se sim quais são as sugestões de melhoria?

Local, data e assinatura:

Anexo 2: Entrevista com gestor local ou regional do PAA e/ou PNAE

Nome do órgão: _____

Endereço: _____

Nome do entrevistado: _____

Função ou cargo: _____

- 1) Quais são suas atribuições no PAA ou PNAE?
- 2) Como ficou sabendo do PAA ou PNAE?
- 3) Desde quando participa?
- 4) Como foi o processo de implantação do programa no município ou região?
- 5) Como você avalia os preços de referência utilizados?
- 6) O valor por beneficiário fornecedor é suficiente?
- 7) A quantidade por beneficiário consumidor é suficiente?
- 8) Quais são os pontos positivos do programa?
- 9) Quais são os pontos negativos do programa?
- 10) Como são definidos os valores a serem liberados por município?
- 11) Em sua opinião o programa deve continuar? Se sim quais são as sugestões de melhoria?

Local, data e assinatura:

Anexo 3: Entrevista com as entidades socioassistenciais (PAA) ou escolas (PNAE)

Nome da entidade ou Escola:

Endereço:

Nome do entrevistado:

Função ou cargo:

- 1) Como a entidade ou escola ficou sabendo do PAA e/ou PNAE?
- 2) Antes de serem beneficiados pelo PAA e/ou PNAE quem eram os fornecedores dos alimentos?
- 3) Há controle de qualidade dos alimentos repassados? Se sim como é realizado?
- 4) Houve reflexos no consumo de alimentos em relação a qualidade e quantidade?
- 5) A quantidade de alimentos por entidade ou escola é suficiente?
- 6) Como é organizada a entrega dos alimentos? Periodicidade, local de entrega?
- 7) Quais são os pontos positivos do programa?
- 8) Quais são os pontos negativos do programa?
- 9) Como são definidos os produtos a serem adquiridos?
- 10) Em sua opinião o programa deve continuar? Se sim quais são as sugestões de melhoria?

Local, data e assinatura:

Anexo 4: Entrevista com representantes das cooperativas de agricultores familiares

Nome da Cooperativa:

Endereço:

Nome do entrevistado:

Função ou cargo:

- 1) Quando foi fundada a cooperativa?
- 2) Qual é o numero de sócios e os municípios de atuação?
- 3) Como e porque foi criada a cooperativa?
- 4) O grupo que pertence atualmente a cooperativa tinha anteriormente alguma experiência associativa?
- 5) Para a fundação da cooperativa recebeu algum treinamento? Por qual entidade?
- 6) Recebe atualmente algum tipo de assessoria ou capacitação continuada? Se sim em que áreas?
- 7) Possui algum convênio, apoio financeiro ou material para a sua manutenção?
- 8) Foi beneficiada com recursos governamentais, a exemplo de subsídio, emendas parlamentares, doações ou financiamento?
- 9) Quais são os pontos positivos de atuar como uma cooperativa?
- 10) Quais são os pontos negativos de atuar como uma cooperativa?
- 11) Participa dos programas PAA e/ou PNAE? Desde quando?
- 12) Como ficou sabendo do PAA e/ou PNAE?
- 13) Como foi o processo de implantação do programa na cooperativa?
- 14) Como você avalia os preços de referência utilizados pelos programas?
- 15) O valor por beneficiário fornecedor é suficiente?
- 16) Participa de outros mercados além dos institucionais? Se sim, quais?
- 17) Quanto representa os valores repassados pelos programas no faturamento da cooperativa?
- 18) Quais são os pontos positivos dos programas?
- 19) Quais são os pontos negativos dos programas?
- 20) Em sua opinião o programa deve continuar? Se sim quais são as sugestões de melhoria?

Local, data e assinatura:

Anexo 5: Modelo levantamento do PAA e PNAE - Instituto Emater

	PNAE MUNICIPAL FOI		PNAE ESTADUAL FOI		PAA FOI	
	IMPLANTADO		IMPLANTADO		IMPLANTADO	
MUNICÍPIO	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não

PARA MUNICÍPIOS COM PAA e PNAE IMPLANTADOS

1. Cite as principais dificuldades que você observou com a implementação PNAE no Município?
2. Cite os principais aspectos positivos que você observou com a implantação do PNAE no Município?
3. Cite as principais dificuldades que você observou com a implementação PNAE Estadual?
4. Cite os principais aspectos positivos com a implementação do PNAE estadual:
5. Cite as dificuldades os pontos positivos com a implantação do PAA no município?
6. Qual a forma de acesso INDIVIDUAL () OU GRUPAL ()
7. O PAA foi implantado via CONAB () OU SETP ()
8. Caso o(s) programa(s) foi/foram implantado(s) no município e a Emater não esteja envolvida, cite os motivos:
9. Quais produtos adquiridos? Número de produtores beneficiados? Volume de recursos aplicados no PAA e PNAE separadamente?

PARA MUNICÍPIOS ONDE AINDA NÃO FORAM IMPLANTADOS O PAA OU PNAE

1. Quais os motivos da não implantação do PAA e/ou PNAE no município?
2. Que assuntos/conteúdos o colega(s) acham interessante abordar nos encontros/seminários e nos cursos de capacitação para os Técnicos Municipais e Regionais?
3. Observações e Sugestões que acharem necessário?